



Câmara Municipal de Jaguariúna

SECRETARIA



Processo Nº 014 Exercício de: 2018

ASSUNTO: Processo CM nº 014 de 2018. Dispõe sobre a avaliação das Metas Fixas da Prefeitura Municipal de Jaguariúna - 3º Quadrimestre de 2018.

Nome: Com. Perm. de Documento, Finanças e Contabilidade

AUTUAÇÃO



Aos 08 dias do mês fevereiro de 2018, nesta cidade de Jaguariúna, na Secretaria da Câmara Municipal, autuo o processo acima referido como adiante se vê. Do que para constar, faço este termo.

Eu, _____, Secretário, a subscrevi



Prefeitura do Município de Jaguariúna



Ofício nº 22/2018

Jaguariúna, 08 de fevereiro de 2018

A Sua Excelência Senhor
Presidente Romilson Nascimento Silva
Câmara dos Vereadores – Jaguariúna - SP

Assunto: **Audiência Metas Fiscais – 3º Quadrimestre/2017**

Senhor Presidente,

Em atendimento a Lei de Responsabilidade Fiscal por intermédio deste, solicitamos a Vossa Senhoria o agendamento da Audiência de Metas Fiscais do 3º quadrimestre do exercício de 2017.

Atenciosamente,



Cristina Aparecida Rossi Serra
Secretaria de Administração e Finanças

PROTOCOLO	
Nº de Ordem	<u>146</u>
Fls. Nº	<u>044</u>
Livro Nº	<u>036</u>
<u>08/02/2018</u>	<u>JS</u>
SECRETARIA	



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Jaguariúna, 8 de fevereiro de 2018

Ofício nº 056/2018.- PRE

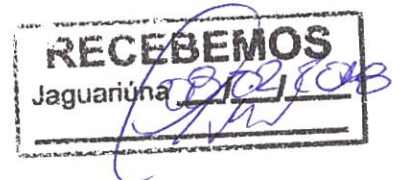
Senhor Presidente,

Passamos às mãos de Vossa Excelência para análise desta Comissão, carta da Diretora de Contabilidade e Orçamento, que solicita convocação de Audiência Pública para **avaliação do cumprimento das Metas Fiscais – 3º Quadrimestre/2017**, em cumprimento ao disposto ao Art. 9º, § 4º da LC 101/2000.

Atenciosamente,

VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA
Presidente

Ao Senhor
Vereador Afonso Lopes da Silva
Presidente da Comissão Permanente de
Orçamento, Finanças e Contabilidade
Jaguariúna – S.P.





Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Jaguariúna, 8 de fevereiro de 2018


Ao Senhor
Vereador Romilson Nascimento Silva
Presidente da Câmara Municipal

Nesta

Senhor Presidente,

Solicitamos de Vossa Excelência, a convocação de Audiência Pública para avaliação do cumprimento das Metas Fiscais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna – 3º Quadrimestre de 2017, em cumprimento ao disposto ao Art. 9º, § 4º da LC 101/2000, se possível na data de **28 de fevereiro corrente (quarta-feira), às 18h30min**, nesta **Casa de Leis**.

Atenciosamente,


VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA
Presidente da Comissão Permanente de
Orçamento, Finanças e Contabilidade

PROTOCOLO

Nº de Ordem 148

Folha Nº 044 Livro Nº 086

08/02/2018

SECRETARIA

Rua Alfredo Bueno, 1189 – Centro – Telefones (19) 3847-4336
EMAIL – cmj@camarajaguariuna.sp.gov.br



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2018.- **DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2018.**

ROMILSON NASCIMENTO SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc. no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com fundamento na Resolução nº 060/1991 – Regimento Interno (artigo 71, inciso V) e na Lei nº 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 9º, § 4º), expede o presente Edital de Convocação para a Audiência Pública nº 001/2018, a ocorrer no dia **28 de fevereiro de 2018 (quarta-feira)**, às **18h30min**, na **Sala das Sessões desta Câmara Municipal** para:

- ❑ **Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais – 3º Quadrimestre de 2017 da Prefeitura Municipal de Jaguariúna.-**

Fica encarregada de assumir os trabalhos de referida Audiência Pública, a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 8 de fevereiro de 2018


VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA
Presidente



Arquivado na Secretaria, afixado, na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal, e publicado na imprensa local.


ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA VENTURINI
Diretora Geral



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

Jaguariúna, 08 de fevereiro de 2018

À Senhora
Cristina Aparecida Rossi Serra
Secretária Municipal de Administração e Finanças
Jaguariúna – S.P.

Prezada Senhora

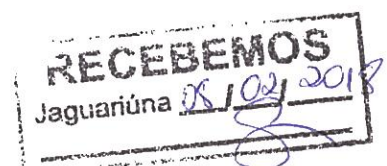
Convidamos Vossa Senhoria para participar da Audiência Pública que ocorrerá no próximo **dia 28 de fevereiro de 2018, quarta-feira, às 18h30min, na Sala de Sessões da Câmara Municipal**, nesta cidade, para **Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais – 3º Quadrimestre de 2017.**

Solicitamos que sejam enviados técnicos dessa Secretaria que possam discorrer sobre as Metas Fiscais, esclarecendo-nos sobre as dúvidas que certamente surgirão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para apresentar a Vossa Senhoria nossas manifestações de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA
Presidente da Comissão Permanente
de Orçamento, Finanças e Contabilidade





Câmara Municipal de Jaguariuna
Estado de São Paulo



COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

CONVITE

A Câmara Municipal de Jaguariuna, através da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, convida para a **AUDIÊNCIA PÚBLICA** para **avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais - 3º Quadrimestre de 2017**, da Prefeitura do Município de Jaguariuna, que ocorrerá no próximo dia **28 de fevereiro de 2018**, quarta-feira, às **18h30min**, na **Sala de Sessões da Câmara Municipal**, nesta cidade.

Câmara Municipal de Jaguariuna, fevereiro de 2018

VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA
Presidente da Comissão Permanente
de Orçamento, Finanças e Contabilidade



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Rua Alfredo Bueno, 1.189 – Centro – Jaguariúna – SP – Cep 13820-000 – Tel.: 3847-4336

www.camarajaguariuna.sp.gov.br

10 DE FEVEREIRO DE 2018



IMPrensa Oficial DO MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA

PUBLICAÇÕES OFICIAIS - PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL

COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

CONVITE

A Câmara Municipal de Jaguariúna, através da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, convida toda população para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA para avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais - 3º Quadrimestre de 2017, da Prefeitura do Município de Jaguariúna, que ocorrerá no próximo dia 28 de fevereiro de 2018, quarta-feira, às 18h30min, na Sala de Sessões da Câmara Municipal, nesta cidade. Câmara Municipal de Jaguariúna, fevereiro de 2018

VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA
Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2018.-
DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2018.

ROMILSON NASCIMENTO SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc. no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com fundamento na Resolução nº 060/1991 – Regimento Interno (artigo 71, inciso V) e na Lei nº 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 9º, § 4º), expede o presente Edital de Convocação para a Audiência Pública nº 001/2018, a ocorrer no dia 28 de fevereiro de 2018 (quarta-feira), às 18h30min, na Sala das Sessões desta Câmara Municipal para:

☒ Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais – 3º Quadrimestre de 2017 da Prefeitura Municipal de Jaguariúna.-

Fica encarregada de assumir os trabalhos de referida Audiência Pública, a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 8 de fevereiro de 2018

VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA
Presidente

Arquivado na Secretaria, afixado, na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal, e publicado na imprensa local.

ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA
VENTURINI
Diretora Geral

Pauta dos Trabalhos da 1ª Sessão Ordinária, de 06/02/2018

Expediente:

2. Da Sra. Inalda Lúcio de Barros Santana solicitando ao Executivo Municipal informações do porque até o dia 12/01/2018, não foi atendida e respondida a Indicação nº 215/17, para que seja realizada a construção de uma lombada na Rua Pires, nº 535, no Br. João A. Nassif;

3. Da Sra. Inalda Lúcio de Barros Santana solicitando ao Executivo Municipal informações do porque até o dia 12/01/2018, não foi atendida e respondida a Indicação nº 232/17, para que seja realizada a manutenção nas placas de identificação das ruas no Br. Boa Vista;

4. Do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando a Casa, mudança dos dias das 2ª e 3ª Sessões Ordinárias, de 13/02 para 20/02 e de 20/02 para 27/02, respectivamente;

5. Do Sr. Luiz Carlos de Campos solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a existência de projetos para a colocação de iluminação no canteiro central e a execução de calçadas ao longo da Avenida Rinaldi, e qual seria a previsão para a execução dos serviços;

6. Do Sr. Afonso Lopes da Silva - SILVA solicitando à EMTU instalação de um ponto de ônibus da Lina 6.12 Campinas-Jaguariúna, na Av. Dr. Campos Sales (Com cópia para a Expresso Metrópolis Transportes e Viagens Ltda e para o Departamento de Trânsito do Município);

7. Do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a manutenção da jardinagem nas Escolas Municipais;

8. Do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando ao Executivo Municipal informações sobre as medidas de segurança a serem adotadas para sanar os problemas da Praça Mogi Mirim, principalmente, no finais de semana;

9. Do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a renovação da frota de ambulância e carros especiais do Município;

10. Do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a substituição das placas de ruas que estão ilegíveis na cidade;

11. Do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando ao Executivo Municipal informações sobre quais as medidas de segurança no trânsito estão sendo tomadas em relação ao cruzamento das ruas José Alves Guedes e Joaquim Bueno, no centro da cidade;

12. Do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a previsão da construção de novas e

informações se haverá a entrega dos unifs escolares na rede pública do Município. Indicações:

1. Do Sr. Rodrigo da Silva Blanco Blanco solicitando ao Executivo Municipal construção de uma escada e uma rampa acesso a portadores de necessidades especiais no final da faixa para pedestres existentes rua Anésia Venturini Zani, que liga o portão entrada da Escola SENAI à Rodoviária;

2. Do Sr. José Muniz solicitando a Executivo Municipal faixa de pedestres na Emani de Souza, defronte ao Bar do Lau;

3. Do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando ao Executivo Municipal instituir Bilhete Único Municipal;

4. Do Sr. Luiz Carlos de Campos solicitando ao Executivo Municipal aquisição mais um carro especial de transporte de passageiros com deficiências de locomoção;

5. Do Sr. Luiz Carlos de Campos solicitando ao Executivo Municipal colocar lombadas, uma na rua Maranhão, próximo Laguna Auto Posto e uma na Avenida Mar sentido Município de Pedreira, depois da "Olando Santiago – Landinho";

6. Do Sr. Afonso Lopes da Silva - solicitando ao Executivo Municipal construção de uma lombada na rua Joaquim Bueno, nos números 2213/2237;

7. Do Sr. Afonso Lopes da Silva - solicitando ao Executivo Municipal recape fazer manutenção constante no trecho em balão próximo da QUEOP'S até a ponte de Atibaia (sentido Bananal), altura do km 12 Rodovia SP-340;

8. Da Sra. Cássia Murer Montagnoli solicitando ao Executivo Municipal a instalação de tubulação e borão de asfalto na rua M Benedito Masotti, esquina com a rua Herr Lana, no bairro Floresta;

9. Do Sr. José Muniz solicitando a Executivo Municipal construção de um ponto de ônibus na rua Pedro Lana, no bairro Vila Zambom;

10. Do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando ao Executivo Municipal limpeza urbana na área central e bairros com a rodo mato alto das calçadas, assim também a conservação e jardinagem nos Parques Municipais;

11. Do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando ao Executivo Municipal pintura faixas de pedestre próximo à rotatória da ligando o Parque Linear e a rua Amazona assim como realizar um estudo de medição de segurança nesse mesmo trecho em horário pico;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Rua Alfredo Bueno, 1.189 – Centro – Jaguariúna – SP – Cep 13820-000 – Tel.: 3847-4336
www.camarajaguariuna.sp.gov.br

10 DE FEVEREIRO DE 2018.



IMPrensa Oficial DO MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA

PUBLICAÇÕES OFICIAIS - PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL

COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

CONVITE

A Câmara Municipal de Jaguariúna, através da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, convida toda população para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA para avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais - 3º Quadrimestre de 2017, da Prefeitura do Município de Jaguariúna, que ocorrerá no próximo dia 28 de fevereiro de 2018, quarta-feira, às 18h30min, na Sala de Sessões da Câmara Municipal, nesta cidade.
Câmara Municipal de Jaguariúna, fevereiro de 2018

VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA
Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2018.-
DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2018.

ROMILSON NASCIMENTO SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc. no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com fundamento na Resolução nº 060/1991 – Regimento Interno (artigo 71, inciso V) e na Lei nº 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 9º, § 4º), expede o presente Edital de Convocação para a Audiência Pública nº 001/2018, a ocorrer no dia 28 de fevereiro de 2018 (quarta-feira), às 18h30min, na Sala das Sessões desta Câmara Municipal para:

☒ Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais – 3º Quadrimestre de 2017 da Prefeitura Municipal de Jaguariúna.-

Fica encarregada de assumir os trabalhos de referida Audiência Pública, a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 8 de fevereiro de 2018

VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA
Presidente

Arquivado na Secretaria, afixado, na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal, e publicado na imprensa local.

ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA
VENTURINI
Diretora Geral

Pauta dos Trabalhos da 1ª Sessão Ordinária, de 06/02/2018

Expediente:

2. Da Sra. Inalda Lúcio de Barros Santana solicitando ao Executivo Municipal informações do porque até o dia 12/01/2018, não foi atendida e respondida a Indicação nº 215/17, para que seja realizada a construção de uma lombada na Rua Pires, nº 535, no Br. João A. Nassif;

3. Da Sra. Inalda Lúcio de Barros Santana solicitando ao Executivo Municipal informações do porque até o dia 12/01/2018, não foi atendida e respondida a Indicação nº 232/17, para que seja realizada a manutenção nas placas de identificação das ruas no Br. Boa Vista;

4. Do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando a Casa, mudança dos dias das 2ª e 3ª Sessões Ordinárias, de 13/02 para 20/02 e de 20/02 para 27/02, respectivamente;

5. Do Sr. Luiz Carlos de Campos solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a existência de projetos para a colocação de iluminação no canteiro central e a execução de calçadas ao longo da Avenida Rinaldi, e qual seria a previsão para a execução dos serviços;

6. Do Sr. Afonso Lopes da Silva - SILVA solicitando à EMTU instalação de um ponto de ônibus da Lina 6.12 Campinas-Jaguariúna, na Av. Dr. Campos Sales (Com cópia para a Expresso Metrôpolis Transportes e Viagens Ltda e para o Departamento de Trânsito do Município);

7. Do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a manutenção da jardinagem nas Escolas Municipais;

8. Do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando ao Executivo Municipal informações sobre as medidas de segurança a serem adotadas para sanar os problemas da Praça Mogi Mirim, principalmente, no final de semana;

9. Do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a renovação da frota de ambulância e carros especiais do Município;

10. Do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a substituição das placas de ruas que estão ilegíveis na cidade;

11. Do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando ao Executivo Municipal informações sobre quais as medidas de segurança no trânsito estão sendo tomadas em relação ao cruzamento das ruas José Alves Guedes e Joaquim Bueno, no centro da cidade;

12. Do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a previsão de construção de novas

informações se haverá a entrega dos uniformes escolares na rede pública do Município.
Indicações:

1. Do Sr. Rodrigo da Silva Blanco - Blanco solicitando ao Executivo Municipal construção de uma escada e uma rampa de acesso a portadores de necessidades especiais no final da faixa para pedestres existentes na rua Anésia Venturini Zani, que liga o portão de entrada da Escola SENAI à Rodoviária;

2. Do Sr. José Muniz solicitando ao Executivo Municipal faixa de pedestres na Rua Ernani de Souza, defronte ao Bar do Lau;

3. Do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando ao Executivo Municipal instituição Bilhete Único Municipal;

4. Do Sr. Luiz Carlos de Campos solicitando ao Executivo Municipal aquisição mais um carro especial de transporte de passageiros com deficiências de locomoção;

5. Do Sr. Luiz Carlos de Campos solicitando ao Executivo Municipal colocação lombadas, uma na rua Maranhão, próxima ao Laguna Auto Posto e uma na Avenida Marginal sentido Município de Pedreira, depois da ponte "Olando Santiago – Landinho";

6. Do Sr. Afonso Lopes da Silva - SILVA solicitando ao Executivo Municipal construção de uma lombada na rua Joaquim Bueno, entre os números 2213/2237;

7. Do Sr. Afonso Lopes da Silva - SILVA solicitando ao Executivo Municipal recapar e fazer manutenção constante no trecho entre o balão próximo da QUEOP'S até a ponte do rio Atibaia (sentido Bananal), altura do km 127, e Rodovia SP-340;

8. Da Sra. Cássia Murer Montagner solicitando ao Executivo Municipal a instalação de tubulação e borão de asfalto na rua Maric Benedito Masotti, esquina com a rua Hermelina Lana, no bairro Floresta;

9. Do Sr. José Muniz solicitando ao Executivo Municipal construção de um ponto de ônibus na rua Pedro Lana, no bairro Vila Jorg Zambom;

10. Do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando ao Executivo Municipal limpeza urbana na área central e bairros com a roçada do mato alto das calçadas, assim também com a conservação e jardinagem nos Parques Municipais;

11. Do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando ao Executivo Municipal pintura de faixas de pedestre próximo à rotatória da CPF ligando o Parque Linear e a rua Amazonas, assim como realizar um estudo de medidas de segurança nesse mesmo trecho em horário de pico;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



17 de Fevereiro de 2018



17 de Fevereiro de 2018

PODER EXECUTIVO - PUBLICAÇÕES OFICIAIS

Objeto: Fornecimento de Fraldas.
Valor do Empenho: R\$ 36.015,00.
Data do Empenho: 07/02/2018.
Fábio Donizete Especial CRC 1SP313084/O-0
Diretor de Contabilidade e Orçamento
Secretaria Municipal de Finanças

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
050/2017.

Pregão Presencial nº 004/2017.
Empenho nº 2943/2018.

Órgão Gerenciador: Secretaria de Saúde.
Detentora: Comercial Cirúrgica Rioclarense
Ltda.

Objeto: Fornecimento de Fraldas.
Valor do Empenho: R\$ 90.006,00.
Data do Empenho: 07/02/2018.
Fábio Donizete Especial CRC 1SP313084/O-0
Diretor de Contabilidade e Orçamento
Secretaria Municipal de Finanças

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
051/2017.

Pregão Presencial nº 004/2017.

DE DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2857/2018
INEXIGIBILIDADE Nº 001/2018

RATIFICO, o ato da Senhora Secretária de Educação que autorizou a inexigibilidade de licitação, com fundamento no Artigo 25, Inciso I, da lei nº 8.666/93, a favor de ESTÂNCIA METRÓPOLIS TURISMO E VIAÇÃO LTDA, para aquisição de até 20.000 (vinte mil) créditos/passagem (para locomoção intermunicipal Jaguariúna – Amparo), para atender, aproximadamente, 50 (cinquenta alunos) considerando-se 200 dias letivos, pelo valor global de R\$ R\$ 49.000,00 (quarenta e nove mil reais), pelo período de 10 (dez) meses. Secretaria de Gabinete, 09 de fevereiro de 2018.

Maria Emília Peçanha de Oliveira Silva
Secretária Municipal de Gabinete

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2857/2018
INEXIGIBILIDADE Nº 001/2018

Contratante: Prefeitura do Município de Jaguariúna
Contratada: Estância Metrôpolis Turismo e

quarenta mil) créditos/passagem (para locomoção dentro do Município), para atender aproximadamente, 600 (seiscentos alunos) zona rural e urbana, considerando-se 200 letivos, pelo valor global de R\$ R\$ 456.000 (quatrocentos e cinquenta e seis mil reais) pelo período de 12 (doze) meses. Secretaria de Gabinete, 09 de fevereiro de 2018.

Maria Emília Peçanha de Oliveira Silva
Secretária Municipal de Gabinete

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2858/
INEXIGIBILIDADE Nº 002/2018

Contratante: Prefeitura do Município de Jaguariúna
Contratada: Estância Metrôpolis Turismo e Viação Ltda.

Objeto: Aquisição de até 240.000 (duzentos e quarenta mil) créditos/passagem (para locomoção dentro do Município), para atender aproximadamente, 600 (seiscentos alunos) zona rural e urbana, considerando-se 200 letivos
Valor Unitário: R\$ 1,90

PODER LEGISLATIVO - PUBLICAÇÕES OFICIAIS

CÂMARA MUNICIPAL

COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

CONVITE

A Câmara Municipal de Jaguariúna, através da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, convida toda população para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA para avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais - 3º Quadrimestre de 2017, da

Prefeitura do Município de Jaguariúna, que ocorrerá no próximo dia 28 de fevereiro de 2018, quarta-feira, às 18h30min, na Sala de Sessões da Câmara Municipal, nesta cidade. Câmara Municipal de Jaguariúna, fevereiro de 2018

VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA
Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2018 -
DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2018.

ROMILSON NASCIMENTO SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc. no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com fundamento na Resolução nº 060/1991 – Regimento Interno (artigo 71, inciso V) e na Lei nº 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 9º, § 4º), expede o presente Edital de Convocação para a Audiência Pública nº 001/2018, a ocorrer no dia 28 de fevereiro de 2018 (quarta-feira), às 18h30min, na Sala das Sessões desta Câmara Municipal para:

Avaliação do Cumprimento das



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



17 de Fevereiro de 2018



17 de Fevereiro de 2018

PODER EXECUTIVO - PUBLICAÇÕES OFICIAIS

DE DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2857/2018
INEXIGIBILIDADE Nº 001/2018

RATIFICO, o ato da Senhora Secretária de Educação que autorizou a inexigibilidade de licitação, com fundamento no Artigo 25, Inciso I, da lei nº 8.666/93, a favor de ESTÂNCIA METRÓPOLIS TURISMO E VIAÇÃO LTDA, para aquisição de até 20.000 (vinte mil) créditos/passagem (para locomoção intermunicipal Jaguariúna – Amparo), para atender, aproximadamente, 50 (cinquenta alunos) considerando-se 200 dias letivos, pelo valor global de R\$ R\$ 49.000,00 (quarenta e nove mil reais), pelo período de 10 (dez) meses. Secretaria de Gabinete, 09 de fevereiro de 2018.

Maria Emília Peçanha de Oliveira Silva
Secretária Municipal de Gabinete

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2857/2018
INEXIGIBILIDADE Nº 001/2018

Contratante: Prefeitura do Município de Jaguariúna
Contratada: Estância Metrôpolis Turismo e

quarenta mil) créditos/passagem (para locomoção dentro do Município), para atender, aproximadamente, 600 (seiscentos alunos) da zona rural e urbana, considerando-se 200 dias letivos, pelo valor global de R\$ R\$ 456.000,00 (quatrocentos e cinquenta e seis mil reais), pelo período de 12 (doze) meses. Secretaria de Gabinete, 09 de fevereiro de 2018.

Maria Emília Peçanha de Oliveira Silva
Secretária Municipal de Gabinete

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2858/2018
INEXIGIBILIDADE Nº 002/2018

Contratante: Prefeitura do Município de Jaguariúna
Contratada: Estância Metrôpolis Turismo e Viação Ltda.
Objeto: Aquisição de até 240.000 (duzentos e quarenta mil) créditos/passagem (para locomoção dentro do Município), para atender, aproximadamente, 600 (seiscentos alunos) da zona rural e urbana, considerando-se 200 dias letivos
Valor Unitário: R\$ 1,90

2018

Maria Emília Peçanha de Oliveira Silva
Secretária Municipal de Gabinete

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2859/2018
INEXIGIBILIDADE Nº 003/2018

Contratante: Prefeitura do Município de Jaguariúna
Contratada: Expresso Metrôpolis Transportes e Viagens Ltda.
Objeto: Aquisição de até 200.000 (duzentos mil) créditos/passagem (para locomoção intermunicipal Jaguariúna - Campinas), para atender, aproximadamente, 500 (quinhentos alunos).
Valor Unitário: R\$ 3,17
Valor Global: 635.000,00
Vigência: 12 meses
Base legal: Artigo 25, inciso I, da Lei 8.666/1993
Secretaria de Gabinete, 09 de Fevereiro de 2018
Maria Emília Peçanha de Oliveira Silva
Secretária Municipal de Gabinete

OFICIAIS

Prefeitura do Município de Jaguariúna, que ocorrerá no próximo dia 28 de fevereiro de 2018, quarta-feira, às 18h30min, na Sala de Sessões da Câmara Municipal, nesta cidade. Câmara Municipal de Jaguariúna, fevereiro de 2018

VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA
Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2018.-
DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2018.

ROMILSON NASCIMENTO SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc. no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com fundamento na Resolução nº 060/1991 – Regimento Interno (artigo 71, inciso V) e na Lei nº 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 9º, § 4º), expede o presente Edital de Convocação para a Audiência Pública nº 001/2018, a ocorrer no dia 28 de fevereiro de 2018 (quarta-feira), às 18h30min, na Sala das Sessões desta Câmara Municipal para:

☒ Avaliação do Cumprimento das

Metas Fiscais – 3º Quadrimestre de 2017 da Prefeitura Municipal de Jaguariúna.-

Fica encarregada de assumir os trabalhos de referida Audiência Pública, a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 8 de fevereiro de 2018

VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA
Presidente



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



24 de Fevereiro de 2018

IMPrensa Oficial do Município de Jaguariúna

PODER LEGISLATIVO - PUBLICAÇÕES OFICIAIS

CÂMARA MUNICIPAL

COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO,
FINANÇAS E CONTABILIDADE

CONVITE

A Câmara Municipal de Jaguariúna, através da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, convida toda população para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA para avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais - 3º Quadrimestre de 2017, da Prefeitura do Município de Jaguariúna, que ocorrerá no próximo dia 28 de fevereiro de 2018, quarta-feira, às 18h30min, na Sala de Sessões da Câmara Municipal, nesta cidade.

Câmara Municipal de Jaguariúna, fevereiro de 2018

VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA
Presidente da Comissão Permanente
de Orçamento, Finanças e Contabilidade

DECRETO LEGISLATIVO Nº 278
(Autoria: Vereadores David Hilário Neto – PTB e
Ângelo Roberto Torres - PTB)

Dispõe sobre concessão de título de "Cidadã Jaguariunense", à Senhora Áurea Aparecida Valério Klier Monteiro.

VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA,
Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna,
Estado de São Paulo, etc.
FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:
Art. 1º - É conferido à Ilustríssima Senhora Áurea Aparecida Valério Klier Monteiro o título de "Cidadã

Jaguariunense".

Art. 2º - A honraria de que faz menção este Decreto Legislativo, será entregue à estimada Senhora Áurea Aparecida Valério Klier Monteiro, em sessão solene ou em data festiva a ser oportunamente convocada pela Presidência.

Art. 3º - As despesas decorrentes com a execução deste Decreto Legislativo onerarão dotações orçamentárias específicas consignadas à Câmara Municipal.

Art. 4º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Presidência da Câmara Municipal de Jaguariúna, 21 de fevereiro de 2018

VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA
Presidente

Registrado na Secretaria e afixado, na mesma data, no Quadro de Avisos da Portaria da Câmara Municipal.

ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA VENTURINI
Diretora Geral

Pauta dos Trabalhos da 2ª Sessão Ordinária, de
20/02/2018

Expediente:

Dos Senhores Vereadores:

Requerimentos:

1. Dos Srs. Walter Luís Tozzi de Camargo e Cássia Murer Montagner solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a criação de um Bônus de Produtividade aos Professores da Rede Municipal de Ensino;

2. Do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a previsão de conclusão das obras e entrega à

população dos Postos de Saúde em cons já construídos e aguardam o início de fun

3. Do Sr. Walter Luís Tozzi de Ca solicitando ao Executivo Municipal inform: o andamento do Processo de Chamamen para o Quiosque da Praça Mogi Mirim;

4. Do Sr. Luiz Carlos de Campos ao Executivo Municipal informações sobre de quando serão feitas as obras para mel acesso da Avenida Pacífico Moneda, para Governador Dr. Adhemar Pereira de Barr na altura do Km 134,8 (Pista Norte);

5. Do Sr. Luiz Carlos de Campos ao Executivo Municipal informações sobre para colocação de iluminação pública na / Moneda – trecho entre a rotatória da Av. F próxima ao Cond. Quinta das Pitangueiras margens da Rod.340;

6. Do Sr. Cristiano José Cecon sr empresa AMBEV, na medida do possível, observada a preferência em contratar func Jaguariúna, atendendo formalidades interi empresa (com cópia para o Executivo);

7. Do Sr. Cristiano José Cecon sr empresa FLEXTRONICS, na medida do p seja observada a preferência em contratar rios de Jaguariúna, atendendo formalidade da empresa (com cópia para o Executivo);

8. Do Sr. David Hilário Neto solici Executivo Municipal informar quando será limpeza nos terrenos do bairro Recanto do

9. Do Sr. Ângelo Roberto Torres - Torres, solicitando ao Executivo Municipal porquê não foi feito ainda a reforma do Ca Amaral que está localizado, no Bairro Jard



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



PAUTA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS – 3º QUADRIMESTRE DE 2017, EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 9º, § 4º DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LEI Nº 101, DE 04 DE MAIO DE 2000), REALIZADA AOS 28 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 18:30 HS, NA SALA DE SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL.

- O Sr. Presidente da Câmara Municipal faz a abertura da Audiência Pública, passando os trabalhos da mesma para o Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Vereador Afonso Lopes da Silva.
- O Sr. Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Vereador Afonso Lopes da Silva, convida os demais Vereadores Membros da Comissão para fazerem parte da Mesa, sendo os Srs. Cristiano José Cecon, Vice-Presidente e Luiz Carlos de Campos, Secretário.
- O Sr. Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade explica o procedimento para a realização da referida Audiência.
 - O Representante da Secretaria de Administração e Finanças terá vinte minutos para fazer a explanação a respeito das Metas Fiscais;
 - os Vereadores poderão usar a palavra por cinco minutos, na tribuna, tendo a Secretaria de Administração e Finanças o mesmo tempo para responder, facultadas as réplicas e tréplicas;
 - as pessoas presentes na Assembléia também poderão usar a palavra por cinco minutos, desde que, devidamente inscritas, junto à funcionária da Câmara presentes na Assembléia;
- O Sr. Presidente passa a palavra ao Representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças para fazer a exposição das

METAS FISCAIS – 3º QUADRIMESTRE/2017

- Deixa livre a palavra aos inscritos, pela ordem, que terão no máximo, 5 minutos para uso da palavra.
-
-
- Palavras do Sr. Presidente.
- Encerramento da Audiência Pública.
- Secretaria da Câmara Municipal, aos 28 de fevereiro de 2018

Alzira Estefani de Campos Souza Venturini
Secretaria Geral

019

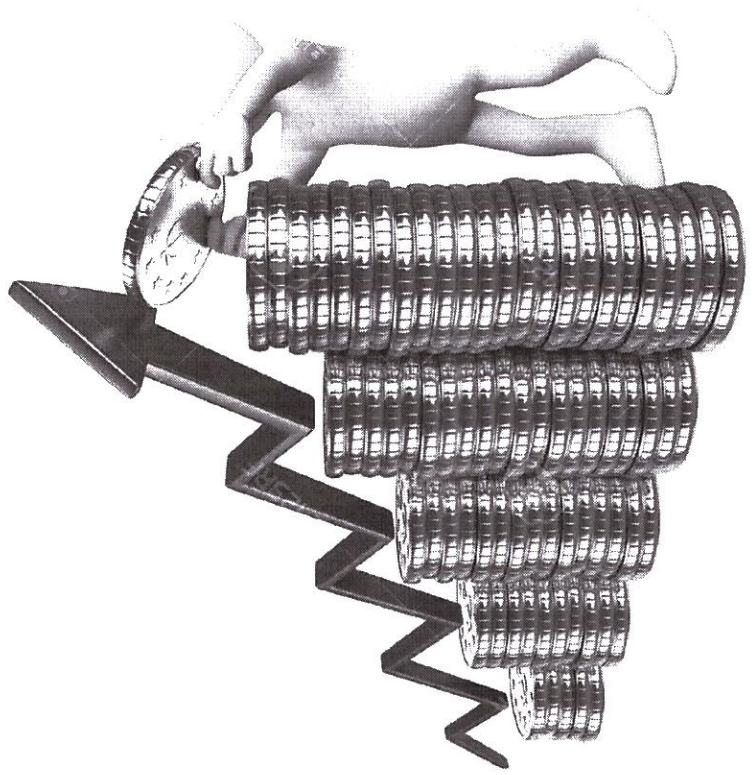


Prefeitura do Município de Jaguariúna

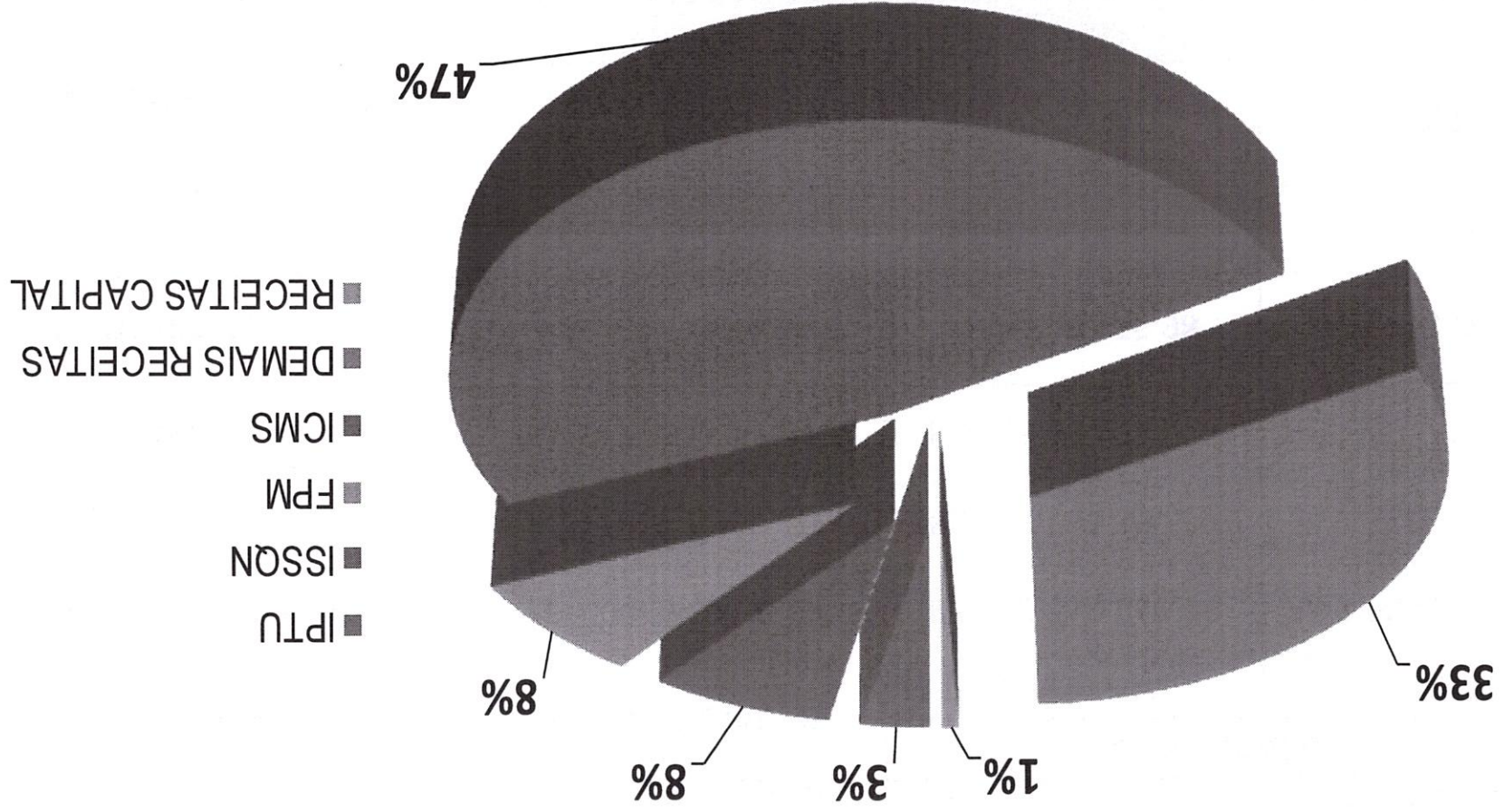
Audiência Pública

Metas Fiscais

3º Quadrimestre 2017



Receitas 2017

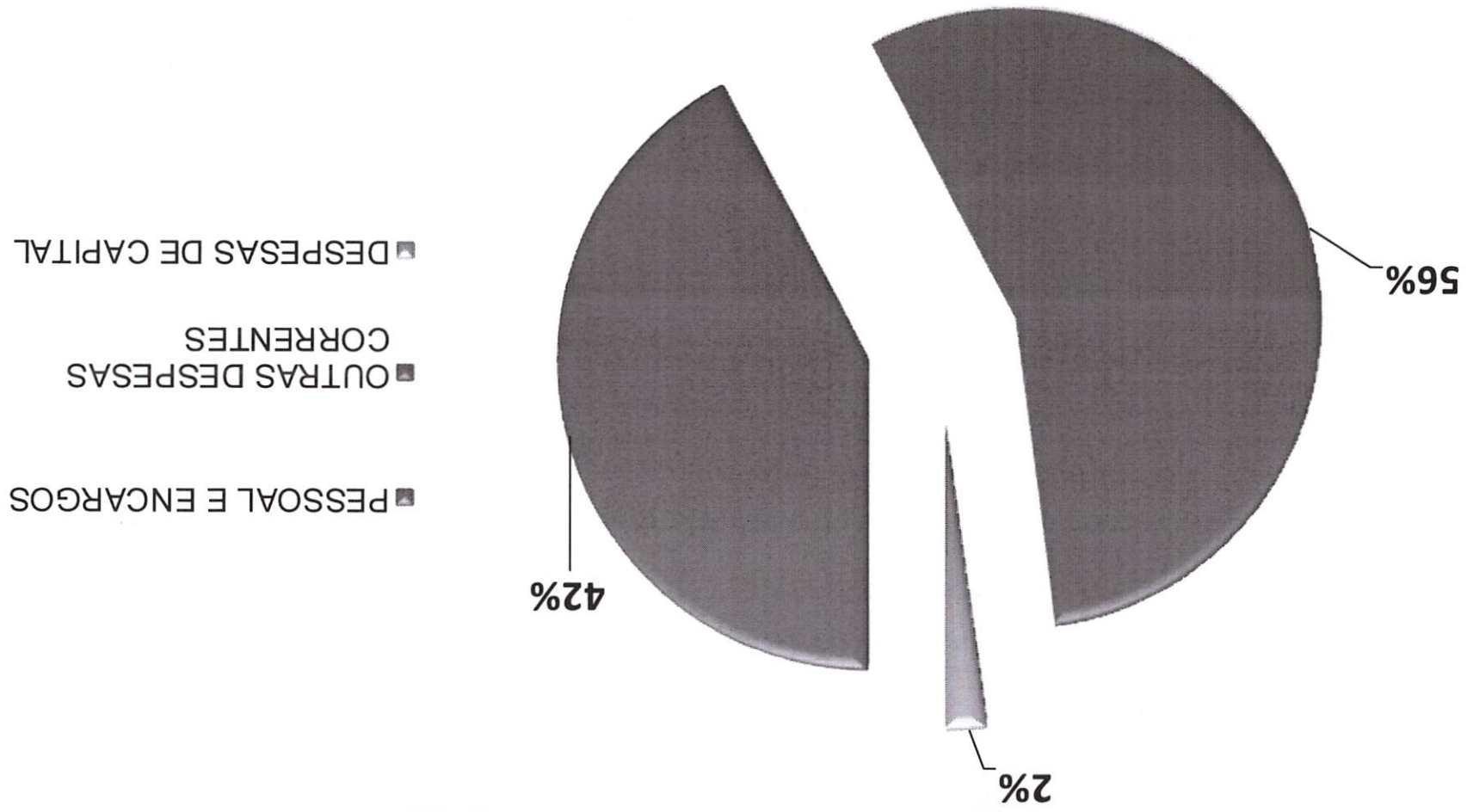


- RECEITAS CAPITAL
- RECEITAS
- ICMS
- FPM
- ISSQN
- IPTU



015

Despesas 2017





Restos a Pagar

2015	
RESTOS A PAGAR	R\$ 18.642.359,96
PAGOS (ATÉ 31/12/2017)	R\$ 16.658.878,99
CANCELADOS	R\$ 69.934,80
SALDO A PAGAR	R\$ 1.913.546,17

2016	
RESTOS A PAGAR	R\$ 32.744.238,03
PAGOS (ATÉ 31/12/2017)	R\$ 28.047.614,26
CANCELADOS	R\$ 97.736,13
SALDO A PAGAR	R\$ 4.598.887,64



017

Restos a Pagar - Resumo

SALDO A PAGAR

2012	R\$ 343.412,15
2014	R\$ 334.506,83
2015	R\$ 1.913.546,17
2016	R\$ 4.598.887,64
TOTAL	R\$ 7.190.352,79



28



Receita Corrente Líquida

2017

(A) RECEITAS CORRENTES	R\$ 360.475.669,90
(B) PLANO PREVIDENCIÁRIO	R\$ 8.068.761,08
(C) FUNDEB	R\$ 32.720.623,20
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (A-B-C)	R\$ 319.686.285,62



Receitas de Impostos



ESPECIFICAÇÃO	VALOR APLICADO
IMPOSTOS MUNICIPAIS	R\$ 51.604.302,35
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	R\$ 31.591.381,45
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	R\$ 185.760.278,51
TOTAL	R\$ 268.955.962,31

Aplicação na Educação

APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO

(A) Receita de impostos	R\$ 268.955.962,31
(B) Total Empenhos Liquidados	R\$ 48.130.527,23
(C) Valor retido FUNDEB	R\$ 42.516.080,25
(D) Auxílios e Transferências	R\$ 5.542.400,33
(E) Total Aplicado ((B+C)-D)	R\$ 85.104.207,15
(F) Porcentagem Aplicação (A / E)	31,64%



Créditos



SALDO EM 31/12/2016		ALTERAÇÕES		SALDO EM 31/12/2017	
DÍVIDA ATIVA	R\$ 55.746.632,49	R\$ 7.028.518,51		R\$ 62.775.151,00	
BENS MÓVEIS	R\$ 27.664.545,39	-R\$ 645.213,49		R\$ 27.019.331,90	
BENS IMÓVEIS	R\$ 26.592.441,02	R\$ 5.172.345,73		R\$ 31.764.786,75	



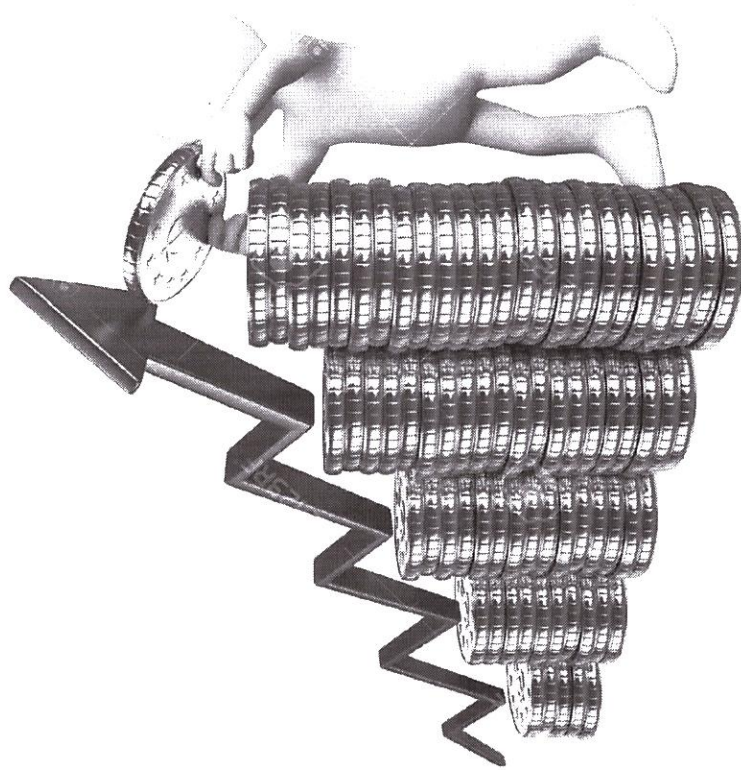


Prefeitura do Município de Jaguariúna

Audiência Pública

Metas Fiscais

3º Quadrimestre 2017

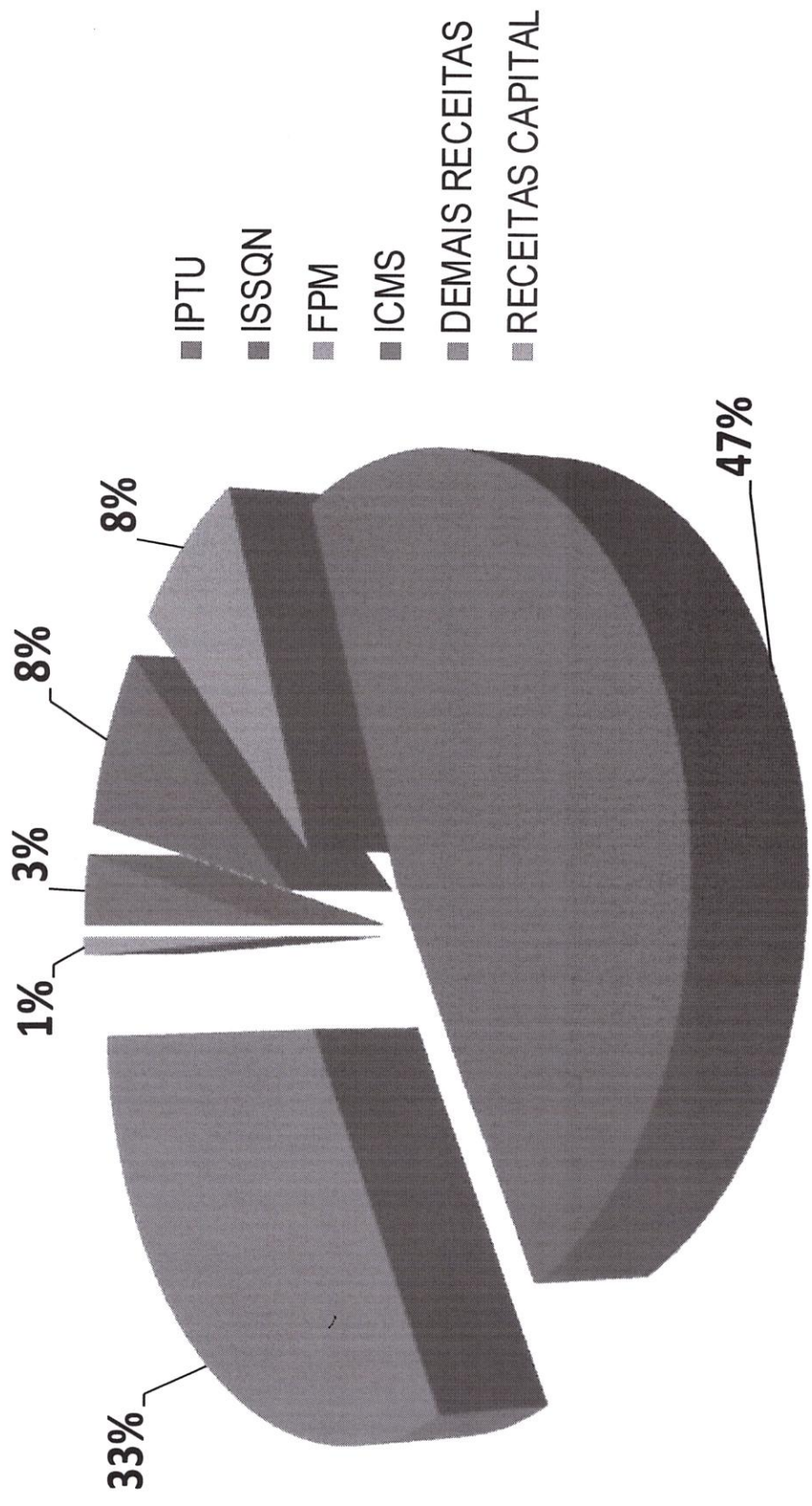




Receitas 2017

RECEITAS	VALOR PREVISTO	VALOR REALIZADO	
		3º QUADRIMESTRE	%
Receitas Correntes	R\$ 366.976.684,93	R\$ 360.475.669,90	98,17%
IPTU	R\$ 11.862.587,65	R\$ 11.463.888,49	96,64%
ISSQN	R\$ 31.824.119,67	R\$ 28.623.664,86	89,94%
FPM	R\$ 28.242.665,87	R\$ 28.720.619,30	101,69%
ICMS	R\$ 175.350.055,57	R\$ 172.363.199,28	98,30%
Demais Receitas Correntes	R\$ 119.697.256,17	R\$ 119.304.297,97	99,67%
(-) Contas Redutoras (ICMS, FPM, IPI, ITR, IPVA)	-R\$ 41.056.395,09	-R\$ 42.437.904,55	103,36%
Receitas de Capital	R\$ 15.521.303,16	R\$ 2.707.754,81	17,44%
Transferências de Convênios	R\$ 15.195.411,16	R\$ 2.707.754,81	17,81%
Outras Receitas de Capital	R\$ 325.892,00	R\$ 0,00	0,00%
TOTAL	R\$ 341.441.593,00	R\$ 320.745.520,16	99,04%

Receitas 2017



Despesas 2017

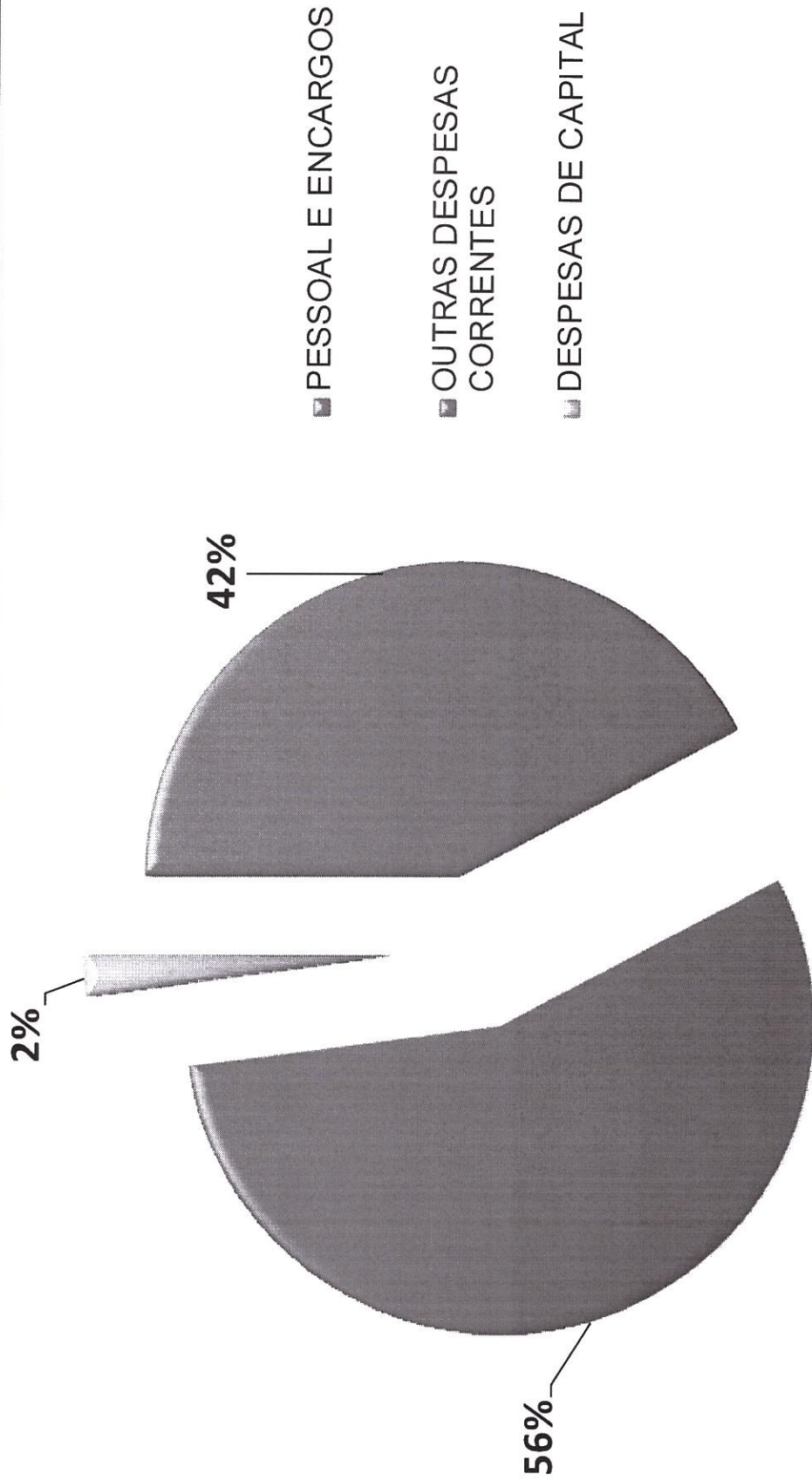
VALOR REALIZADO		VALOR PREVISTO		DESPESAS
PAGO				Despesas Correntes
R\$ 174.381.966,90	R\$ 296.119.648,98	R\$ 306.569.659,07	R\$ 138.878.413,76	Pessoal e Encargos
R\$ 153.224.108,18	R\$ 168.378.288,59	R\$ 167.691.245,31	R\$ 34.771.933,93	Outras Despesas Correntes
R\$ 5.262.004,56	R\$ 6.221.825,98	R\$ 34.771.933,93	R\$ 34.771.933,93	Despesas de Capital
R\$ 5.262.004,56	R\$ 6.221.825,98	R\$ 34.771.933,93	R\$ 6.221.825,98	Investimentos
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	Reserva de Contingenciamento
R\$ 282.344.557,21	R\$ 302.341.474,96	R\$ 341.441.593,00	R\$ 341.441.593,00	TOTAL



028



Despesas 2017



Restos a Pagar

2012	
RESTOS A PAGAR	R\$ 20.724.493,95
PAGOS (ATÉ 31/12/2017)	R\$ 18.803.705,44
CANCELADOS	R\$ 1.577.376,36
SALDO A PAGAR	R\$ 343.412,15

2014	
RESTOS A PAGAR	R\$ 19.012.378,16
PAGOS (ATÉ 31/12/2017)	R\$ 17.846.306,54
CANCELADOS	R\$ 831.564,79
SALDO A PAGAR	R\$ 334.506,83



Restos a Pagar



2015

R\$ 18.642.359,96

RESTOS A PAGAR

R\$ 16.658.878,99

PAGOS (ATÉ 31/12/2017)

R\$ 69.934,80

CANCELADOS

R\$ 1.913.546,17

SALDO A PAGAR

2016

R\$ 32.744.238,03

RESTOS A PAGAR

R\$ 28.047.614,26

PAGOS (ATÉ 31/12/2017)

R\$ 97.736,13

CANCELADOS

R\$ 4.598.887,64

SALDO A PAGAR

2017

R\$ 20.086.917,75

RESTOS A PAGAR

R\$ 20.086.917,75

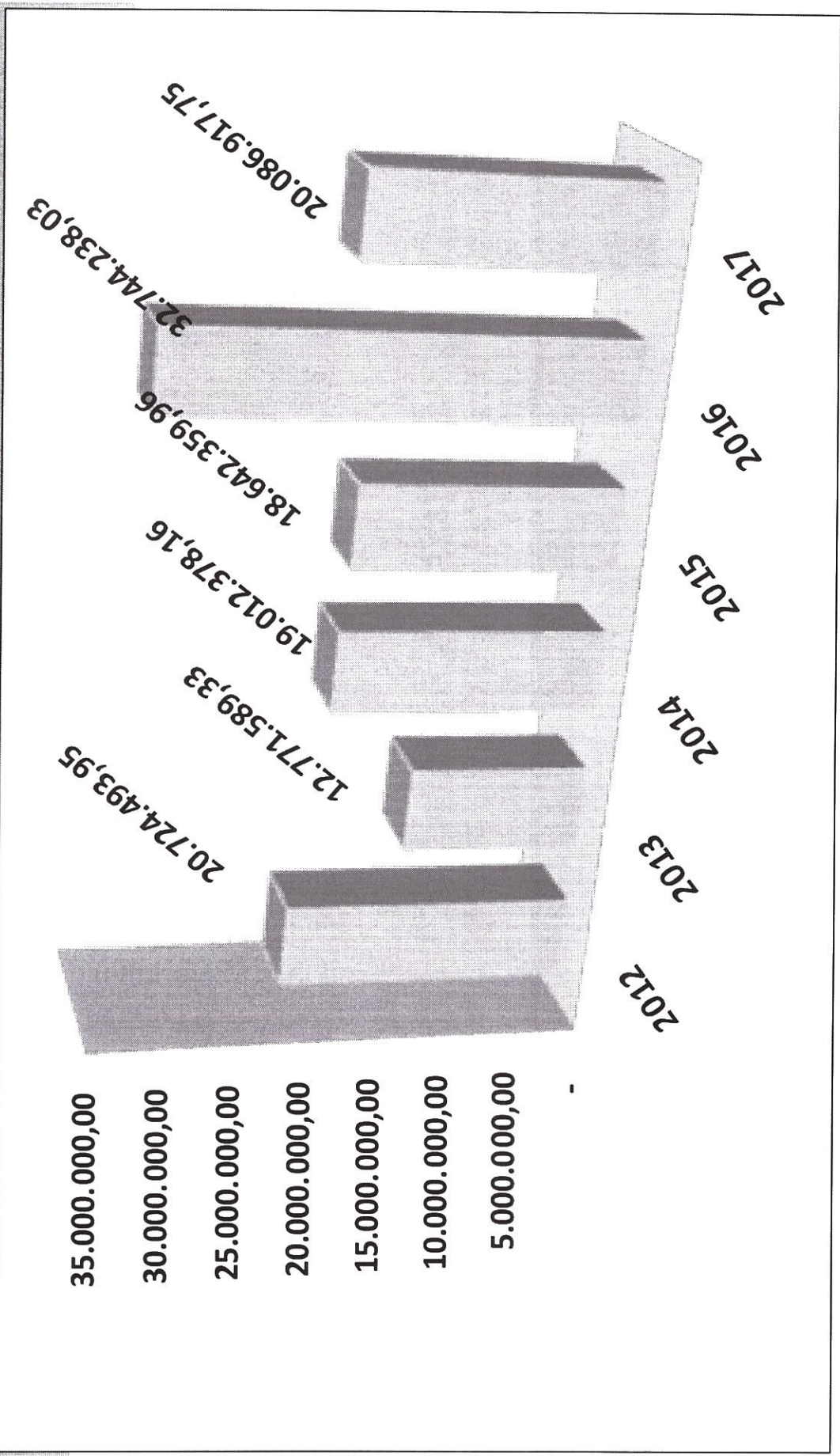
SALDO A PAGAR



130



Restos a Pagar



Restos a Pagar - Resumo

SALDO A PAGAR

2012	R\$ 343.412,15
2014	R\$ 334.506,83
2015	R\$ 1.913.546,17
2016	R\$ 4.598.887,64
2017	R\$ 20.086.917,75
TOTAL	R\$ 27.277.270,54



033



2017

1.º QUADRIMESTRE
R\$ 50.644.390,41

2.º QUADRIMESTRE
R\$ 35.458.739,94

3.º QUADRIMESTRE
R\$ 34.079.764,80

2016

1.º QUADRIMESTRE
R\$ 32.119.729,36

2.º QUADRIMESTRE
R\$ 30.080.936,57

3.º QUADRIMESTRE
R\$ 38.768.183,69

DÍVIDA CONSOLIDADA

034



Receita Corrente Líquida

2017

(A) RECEITAS CORRENTES	R\$ 360.475.669,90
(B) PLANO PREVIDENCIÁRIO	R\$ 8.068.761,08
(C) FUNDEB	R\$ 32.720.623,20
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (A-B-C)	R\$ 319.686.285,62



Aplicações

ESPECIFICAÇÃO	VALOR APLICADO
RECEITA CORRENTE LIQUIDA	R\$ 319.686.285,62
DESPEAS COM PESSOAL	R\$ 127.741.360,39
PORCENTAGEM RELAÇÃO R.C.L	39,96%

Receitas de Impostos



087

ESPECIFICAÇÃO	VALOR APLICADO
IMPOSTOS MUNICIPAIS	R\$ 51.604.302,35
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	R\$ 31.591.381,45
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	R\$ 185.760.278,51
TOTAL	R\$ 268.955.962,31

Aplicação na Saúde

APLICAÇÃO NA SAÚDE CONFORME ART. 77, III A.D.C.T

(A) Receita de impostos	R\$ 268.955.962,31
(B) Empenhos liquidados	R\$ 38.133.327,07
(C) Empenhos liquidados – ASAMAS	R\$ 49.232.967,55
(D) Auxílios e Transferências	R\$ 8.580.335,32
(E) Total Aplicado ((B+C)-D)	R\$ 78.785.959,30
(F) Porcentagem Aplicação	30,0%



038



Aplicação na Educação

APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO

(A) Receita de impostos	R\$ 268.955.962,31
(B) Total Empenhos Liquidados	R\$ 48.130.527,23
(C) Valor retido FUNDEB	R\$ 42.516.080,25
(D) Auxílios e Transferências	R\$ 5.542.400,33
(E) Total Aplicado ((B+C)-D)	R\$ 85.104.207,15
(F) Porcentagem Aplicação (A / E)	31,64%

Aplicação FUNDEB



040

APLICAÇÃO FUNDEB		
(A) Valor recebido	R\$ 32.720.623,20	
(B) Rendimentos	R\$ 78.175,70	
(C) Total (A + B)	R\$ 32.798.798,90	
(D) Total aplicado	R\$ 32.798.798,90	100%
(E) Aplicação Magistério	R\$ 27.452.594,67	83,70%

Créditos

SALDO EM 31/12/2016		ALTERAÇÕES	SALDO EM 31/12/2017
DÍVIDA ATIVA	R\$ 55.746.632,49	R\$ 7.028.518,51	R\$ 62.775.151,00
BENS MÓVEIS	R\$ 27.664.545,39	-R\$ 645.213,49	R\$ 27.019.331,90
BENS IMÓVEIS	R\$ 26.592.441,02	R\$ 5.172.345,73	R\$ 31.764.786,75



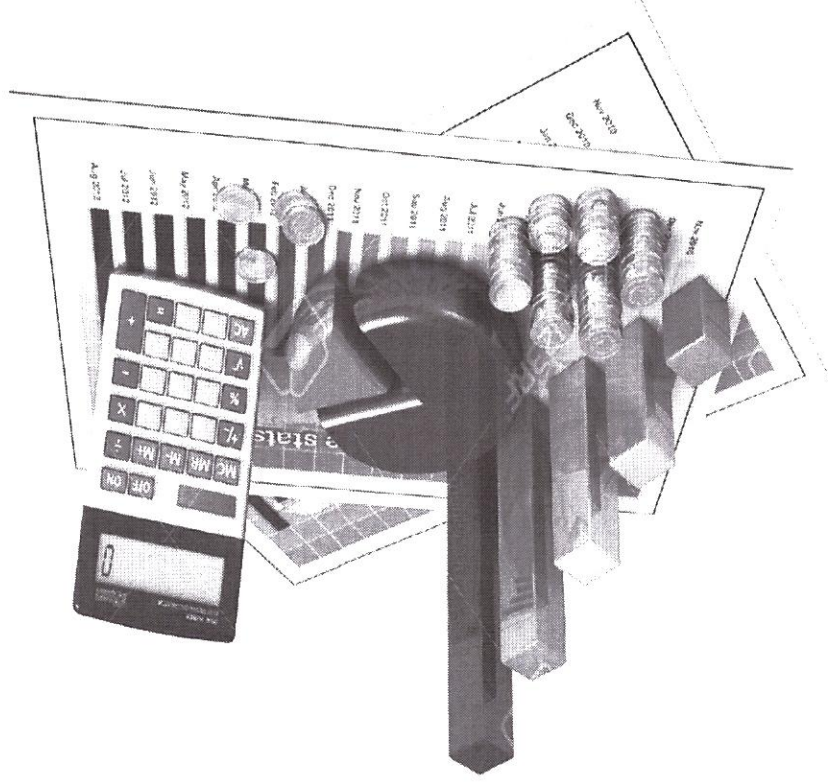
Prefeitura do Município de Jaguaruna

Marcio Gustavo B. Reis
Prefeito Municipal

Cristina Ap. Rossi Serra
Secretario de Administração e Finanças

Tânia Candozini Russo
Departamento de Controle Interno

OBRIGADO



042





Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Ata da Audiência Pública, para avaliação do cumprimento das Metas Fiscais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna – 3º Quadrimestre de dois mil e dezessete, em cumprimento ao disposto no art. 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101, de 04 de maio de 2000), convocada através do Edital de Convocação nº 003/2018, datado de 8 de fevereiro de 2018, realizada no dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e dezoito, às dezoito horas e trinta minutos, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato” da Câmara Municipal de Jaguariúna, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, nesta Cidade. Presidente Sr. Romilson Nascimento Silva. Vice-Presidente Sr. Afonso Lopes da Silva. Secretárias Sras. Cássia Murer Montagner e Inalda Lúcio de Barros Santana. Presentes os Srs. Vereadores: Afonso Lopes da Silva, Ângelo Roberto Torres, Cássia Murer Montagner, Inalda Lúcio de Barros Santana, José Muniz, Luiz Carlos de Campos, Romilson Nascimento Silva e Walter Luís Tozzi de Camargo. Deixaram de comparecer os Srs. Alfredo Chiavegato Neto, Cristiano José Cecon, David Hilário Neto, Rodrigo da Silva Blanco e Tais Camellini Esteves. Presente, também, a Sra. Cristina Aparecida Rossi Serra, Secretária Municipal de Administração e Finanças, convidada, especialmente, para fazer as explanações a respeito das Metas Fiscais, sendo que a mesma fez parte da Mesa. Inclusive com estas autoridades, estavam presentes na Sala das Sessões, aproximadamente, dezoito pessoas, conforme consta de Lista de Presença anexada ao Processo. O Sr. Presidente da Casa, Vereador Romilson Nascimento Silva, cumprimentou a todos e deu início à Audiência Pública dizendo que a mesma era realizada para cumprimento ao disposto no art. 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade fiscal (Lei nº 101, de 04 de maio de 2000), motivo pelo qual passou os trabalhos daquela Audiência para a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, na pessoa do seu Presidente o Vereador Afonso Lopes da Silva, que cumprimentou a todos, dizendo de compor a mesa, com os membros da Comissão, o Sr. Luiz Carlos de Campos, Secretário, e o Sr. Cristiano José Cecon, Vice-Presidente, não estava presente; chamou, também, a Secretária de Administração e Finanças, a Sra. Cristiana Aparecida Rossi Serra, para fazer parte da Mesa; disse que eles iriam abrir os trabalhos, iria passar a palavra para a Cristina Serra, que iria fazer a apresentação das Metas Fiscais, depois ele abriria para o Plenário, e o pessoal tinha cinco minutos para perguntas, para os questionamentos e a Cristina ficaria ali para responder e passou a palavra, então, para a Sra. Cristina Aparecida Rossi Serra, Secretária Municipal de Administração e Finanças, que cumprimentou a todos, dizendo que iriam apresentar os números referentes ao terceiro quadrimestre de dois mil e dezessete, que era o fechamento do exercício de dois mil e dezessete; disse que ali eles tinham um quadro das Receitas arrecadadas em dois mil e dezessete, onde tinha os valores previstos em orçamento, e o valor realizado do terceiro quadrimestre, o percentual de realizações em relação ao estimado; disse que dentro do grupo de Receitas Correntes, ela tinha ali Receitas de IPTU, onde eles tinham o valor previsto de onze milhões, oitocentos e



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



sessenta e dois, quinhentos e oitenta e sete, meia cinco; o total realizado, onze milhões, quatrocentos e sessenta e três, oitocentos e oitenta e oito e quarenta e nove; noventa e seis vírgula sessenta e quatro por cento do valor estimado; ISSQN, eram trinta e um milhões oitocentos e vinte e quatro, cento e dezenove, meia sete, provisionado, e arrecadação efetiva e vinte e oito, seiscentos e vinte e três, seiscentos e sessenta e quatro, e oitenta e seis, perfazendo um percentual de oitenta e nove vírgula noventa e quatro do valor estimado; o FPM, valor previsto vinte e oito, duzentos e quarenta e dois, meia, meia, cinco e oitenta e sete, efetivamente, realizado, vinte e oito, setecentos e vinte, seiscentos e dezenove e trinta, na verdade, um vírgula sessenta e nove por cento a mais que foi previsto em orçamento; disse que ali no FPM tiveram esse valor maior porque o Governo, na verdade, eles tiveram repatriação do Imposto de Renda e IPI, foi distribuído, ou seja, foi uma Receita a mais mesmo estimada; ICMS, cento e setenta e cinco milhões, trezentos e cinquenta, zero cinco cinco, cinco sete previsto; arrecadado, cento e setenta e dois, trezentos e sessenta e três, cento e noventa e nove e vinte e oito, noventa e oito ponto três do estimado; e as Demais Receitas Correntes que eram as transferências que não estavam nas principais Receitas, que se referiam às transferências da União e do Estado, e também multas, juros, arrecadação, dívida ativa dos Impostos Municipais, e que o valor previsto era cento e dezenove milhões, seiscentos e noventa e sete, duzentos e cinquenta e seis e dezessete; o valor realizado cento e dezenove, trezentos e quatro, duzentos e noventa e sete e noventa e sete, representando noventa e nove vírgula sessenta e sete por cento do valor estimado; disse que essas Contas Redutoras eram as contas onde, na verdade, era feita a retenção pro Fundo, no FUNDEB, e foram estimados quarenta e um milhões, zero cinquenta e seis, três nove cinco, zero nove, efetivamente retido quarenta e dois, quatrocentos e trinta e sete, novecentos e quatro, cinco, cinco; três vírgula trinta e seis por cento; disse que tinham o grupo de Receita de Capital, valor estimado para transferências de convênio, convênios só pra investimentos, que seriam obras, equipamentos e material permanente, quinze milhões, cento e noventa e cinco e quatrocentos e onze e dezesseis, efetivamente realizados, dois milhões, setecentos e sete, setecentos e cinquenta e quatro e oitenta e um e que ali eles podiam observar claramente, que as duas esferas de Governo, União e Estado, eles entraram, realmente, num contingenciamento, e que já era muito difícil conseguir para custeio e investimento houve uma redução drástica, dentro daquilo que estava previsto, em andamento, e na verdade, eles só receberam dois milhões setecentos e sete, só dezessete vírgula oitenta e um por cento do previsto e outras Receitas de Capital e ali eles entravam como alienação de ativos, alguns leilões, eles não tiveram em dois mil e dezessete, e que não houve realização; do total estimado do Orçamento, trezentos e quarenta e um, quatrocentos e quarenta e um, quinhentos e noventa e três, eles tiveram uma realização de trezentos e vinte milhões, setecentos e quarenta e cinco, quinhentos e vinte e dezesseis, noventa e nove vírgula zero quatro por



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



cento do valor estimado da Receita do Exercício; disse que o próximo quadro tinha um gráfico, uma “pizza”, e ficava muito claro que, na verdade, isso era histórico em Jaguariúna, quarenta e sete por cento da arrecadação era de ICMS, e a segunda fatia que eles viam ali eram as Demais Receitas, que entravam as transferências para custeio e eventos, do SUS, de Educação, com transporte escolar, fora os impostos municipais; disse que o FPM era o terceiro, empatando com o ISSQN, e os dois representaram oito por cento; o próximo quadro demonstrava as Despesas realizadas e que dentro das Despesas Correntes, no valor previsto de trezentos e seis, quinhentos e sessenta e nove, meia cinco nove, zero sete, eles tiveram liquidados duzentos e noventa e seis milhões, cento e dezenove, seiscentos e quarenta e oito e noventa e oito e pago, cento e setenta e quatro, trezentos e oitenta e um, novecentos e sessenta e seis e noventa; de Pessoal e Encargos e que eles compunham a Despesa Corrente, que era composta por Pessoal e Encargos e por Outras Despesas Correntes; Pessoal previsto de cento e trinta e oito milhões, oitocentos e setenta e oito, quatrocentos e treze, sete meia, foi liquidado, efetivamente gasto, cento e vinte e sete, setecentos e quarenta e um, trezentos e sessenta e trinta e nove, pago cento e vinte e três milhões, oitocentos e cinquenta e oito, quatrocentos e quarenta e quatro e quarenta e sete; Outras Despesas Correntes, que tratava de todo o custeio da Prefeitura, cento e sessenta e sete milhões, seiscentos e noventa e um, duzentos e quarenta e cinco e trinta e um, previsto, para um liquidado de cento e sessenta e oito, três sete oito, dois oito oito e cinco nove, e pago um cinco três, duzentos e vinte e quatro, cento e oito e dezoito; as Despesas de Capital, previsto para Investimentos, trinta e quatro milhões, setecentos e setenta e um, novecentos e trinta e três e noventa e três, e liquidado, seis milhões, duzentos e vinte e um, oitocentos e vinte e cinco, noventa e oito, pago cinco, duzentos e sessenta e dois, zero zero quatro e cinco meia; disse que de um orçamento previsto de trezentos e quarenta e um, quatrocentos e quarenta e um, quinhentos e noventa e três, foram efetivamente gastos trezentos e dois, trezentos e quarenta e um, quatrocentos e setenta e quatro, e noventa e seis e pago, duzentos e oitenta e dois, trezentos e quarenta e quatro, quinhentos e cinquenta e sete, e vinte e um; o próximo quadro demonstrava o gráfico representando as despesas de Pessoal e Encargos e que, na verdade, ali constava quarenta e dois por cento e que ali era o valor consolidado, era o valor total do Orçamento do Município e que ali tinha Prefeitura, tinha Câmara, e tinha o pessoal do JaguarPrev também, por isso que no slide da Despesa com Pessoal eles poderiam observar que a proporção estava um pouco menor; mudando o quadro, viam os Restos a Pagar, que eles tinham ainda em aberto de dois mil e doze no valor de trezentos e quarenta e três, quatrocentos e doze e quinze, e dois mil e treze eles pagaram na totalidade, por isso nem tinha ali e que era um quadro histórico na verdade; de dois mil e quatorze, trezentos e trinta e quatro, quinhentos e seis, oito três, que era o saldo; dois mil e quinze: um milhão, novecentos e treze, quinhentos e quarenta e seis e dezessete; dois mil e dezesseis, o



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



saldo a pagar de quatro, quinhentos e noventa e oito, oitocentos e oitenta e sete, meia quatro; e no material deles, ela iria mandar a retificação, porque a hora que ela chegou em sua casa ela viu que o pessoal não tinha colocado de dois mil e dezessete, e que ela iria mandar a retificação desse slide, mas o Resto a Pagar que eles deixaram em dois mil e dezessete, orçamentário, foram vinte milhões, zero oitenta e seis, novecentos e dezessete e setenta e cinco; disse que na audiência do primeiro quadrimestre de dois mil e dezoito eles iriam ver que até sexta-feira, desses vinte milhões só restavam novecentos mil reais para eles liquidarem na totalidade de dois mil e dezessete e que eles pagaram mais de dezenove milhões, também; o próximo quadro era o gráfico, dos saldos, e que ali faltou os vinte milhões e oitenta e seis de dois mil e dezessete, e o próximo quadro era Saldo a Pagar, e que eles iriam ver que tinha até dois mil e dezesseis, e que no dela ela tinha somado e que ela iria descrever o que estava ali e mais o total e que se eles quisessem anotar, depois ela iria substituir; disse que de dois mil e doze eles tinham trezentos e quarenta e três, quatrocentos e doze e quinze; dois mil e quatorze, trezentos e trinta e quatro, quinhentos e seis, oitenta e três; dois mil e quinze, um milhão, novecentos e treze, quinhentos e quarenta e seis e dezessete; dois mil e dezesseis, quatro, quinhentos e noventa e oito, oitocentos e oitenta e sete, e sessenta e quatro e agora, dois mil e dezessete, vinte milhões, zero oitenta e seis, novecentos e dezessete, sete cinco, disse que aquele slide era um dos que ela iria retificar, e iria ficar o correto arquivado na Câmara, totalizando vinte e sete milhões, duzentos e setenta e sete, duzentos e setenta e cinquenta e quatro; disse que desse resto de dois mil e dezesseis, eles já começaram a pagar, e de dois mil e dezessete, como ela já tinha dito, faltavam novecentos mil reais só; o próximo quadro era a Dívida Consolidada, tratava-se de parcelamentos, e acordos de dívidas com fornecedores e que em dois mil e dezesseis, eles fecharam o quadrimestre em trinta e oito milhões, sete meia oito, cento e oitenta e três, meia nove; dois mil e dezessete, trinta e quatro, zero setenta e nove, sete meia quatro, oitenta, e dentro desse valor que foi baixado, eles tinham incluído todos os pagamentos de parcelamento em dia, de INSS, de PIS e do JaguarPrev, e o acréscimos de juros das dívidas que tinham correção, e que do total ali, mais de trinta milhões eram de fornecedores; próximo quadro, dois mil e dezessete, era a Receita Corrente Líquida e que eles pegavam o total das Receitas Correntes, deduziram a Receita Previdenciária, que na verdade ela era só intra-orçamentárias, o valor que eles recebiam do FUNDEB, de trinta e dois milhões, setecentos e vinte, seiscentos e vinte e três e vinte, chegaram numa Receita Corrente Líquida de trezentos e dezenove, meia oito meia, dois oito cinco, meia dois, que ela era a base de cálculo para despesas com pessoal, tanto da Prefeitura, como da Câmara; disse que o próximo quadro era o de gastos com Pessoal e esse quadro não era consolidado como a Lei de Responsabilidade Fiscal, ela estabelecia dentro do dispositivo cinquenta e quatro por cento para o Executivo e seis por cento para o Legislativo e que ali só estava demonstrado a parte da Prefeitura e que dentro do cinquenta



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



e quatro, cinquenta e um já era um limite prudencial e que a base foi a Receita Corrente Líquida de trezentos e meia oito meia, dois oito cinco, meia dois, a Despesa com pessoal e Encargos deu cento e vinte e sete milhões, setecentos e quarenta e um, trezentos e sessenta, trinta e nove, representando trinta e nove vírgula noventa e seis por cento da Receita Corrente Líquida, lembrando que a Receita Corrente Líquida não era do mês de dezembro, mas era de janeiro a dezembro, e que a Receita Corrente Líquida dela de janeiro, era de janeiro e os onze meses para traz, e assim sucessivamente, e em dezembro eles fechavam do exercício, que completava os doze meses; próximo quadro, era o de Receitas de Impostos, e que tinham ali de Impostos Municipais, e que o total aplicado seria a título de cálculo, cinquenta e um milhões, seiscentos e quatro, trezentos e dois e trinta e cinco; Transferências da União, trinta e um milhões, quinhentos e noventa e um trezentos e oitenta e um, quarenta e cinco e Transferências do Estado, cento e oitenta e cinco milhões, setecentos e sessenta, dois sete oito, cinco um, e que ela foi levantar dois mil e dezesseis, e na verdade, Impostos Municipais e Transferências da União, praticamente empatou, trinta e um milhões e o outro quarenta e nove, e o que fez toda a diferença ali, realmente, foi o Estado, que era o ICMS, que era a maior Receita deles; o próximo quadro era o da Aplicação na Saúde do exercício, como foi demonstrado na Audiência da Saúde, a Receita de Impostos era de dois meia oito, nove cinco cinco, nove meia dois, trinta e um; o Empenhos liquidados da Secretaria de Saúde, trinta e oito milhões, cento e trinta e três, trezentos e vinte e sete, zero sete; os da ASAMAS, quarenta e nove, duzentos e trinta e dois, nove meia sete, cinco cinco, e disse para olharem ali o comparativo, que no Hospital o gasto era mais pesado do que a própria Secretaria; Auxílios e transferências eram recursos que eles recebiam, tanto para custeio, como para investimentos, oito milhões, quinhentos e oitenta, trezentos e trinta e cinco e trinta e dois, e que abatendo esse recurso ela tinha um total aplicado de setenta e oito, setecentos e oitenta e cinco, novecentos e cinquenta e nove e trinta, representando trinta por cento da Receita de Impostos, disposto na primeira linha; próximo quadro era a Aplicação na Educação: Receita de Impostos era a mesma base, duzentos e sessenta e oito milhões, novecentos e cinquenta e cinco, nove meia dois e trinta e um, e que o total de Empenhos Liquidados quarenta e oito milhões, cento e trinta, quinhentos e vinte e sete, e vinte e três; o valor efetivamente retido do FUNDEB que era uma conta redutora, quarenta e dois milhões, quinhentos e dezesseis, zero oitenta e vinte e cinco, menos os Auxílios e Transferências e que ali não entrava merenda escolar, entrava transportes de alunos, entrava o auxílio Educação e entrava, também, os recursos para investimentos, e que abatendo, dava um total aplicado de oitenta e cinco milhões, cento e quatro, duzentos e sete e quinze, representando trinta e um vírgula sessenta e quatro por cento da Receita de Impostos, e que o mínimo ali obrigatório era vinte e cinco e que estavam com uma margem um pouquinho maior; próximo quadro era a aplicação do FUNDEB, e que o valor que eles receberam foi o valor de trinta e dois milhões, setecentos



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



e vinte, seiscentos e vinte e três e vinte; os rendimentos totalizaram setenta e oito mil, cento e setenta e cinco e setenta, perfazendo um valor de trinta e dois milhões, setecentos e noventa e oito, setecentos e noventa e oito e noventa; desse valor cem por cento foi aplicado dentro do exercício, lembrando que a Resolução, a Lei que regulamentava, que eles podiam gastar noventa e cinco por cento dentro do exercício, no mínimo, e cinco por cento poderia ser gasto até o mês de janeiro do exercício seguinte; disse que o Tribunal entendia que, na verdade, a Legislação falava o primeiro trimestre, mas o Tribunal era muito rígido e ele exigia que isso fosse gasto no primeiro mês; disse que eles gastaram cem por cento do valor e os sessenta por cento no Magistério, que era o mínimo obrigatório, eles também cumpriram, aplicaram vinte e sete milhões, quatrocentos e cinquenta e dois, quinhentos e noventa e quatro, sessenta e sete, perfazendo oitenta e três vírgula setenta por cento; ressaltou que o FUNDEB, o valor que eles recebiam do FUNDEB, na verdade, esses dezessete por cento e setenta, que não era só Magistério, era folha de pagamento do pessoal da Administração; disse que o valor que eles recebiam do FUNDEB ele não cobria a folha de pagamento de todo o pessoal que era municipalizado; no próximo quadro tinha alguns créditos, e que a Dívida Ativa o saldo em trinta e um do doze era de cinquenta e cinco, setecentos e quarenta e seis, meia três dois, quarenta e nove; entre o que eles receberam e alteração foi a maior, houve a inscrição maior do que o valor que eles receberam, de sete milhões, e que no hoje a Dívida Ativa ela fechou o exercício com sessenta e dois milhões, setecentos e setenta e cinco, cento e cinquenta e um, com todas as medidas, com a prorrogação do Refis, ainda sim eles percebiam que era uma área que eles teriam que acompanhar muito de perto, mandando avisos antes de abrir um Refis, porque ao invés de diminuir a correção foi maior que o valor que eles receberam e prorrogaram por mais dois meses e ainda assim, com ampla divulgação, a adesão foi pequena, se fossem olhar a proporção; sobre os Bens Móveis, disse que a redução de seiscentos e quarenta e cinco, tinham uma redução de ajuste mesmo, de almoxarifado e depreciação, ficou em vinte e sete milhões, zero dezenove, trezentos e trinta e um e noventa e que Bens Imóveis, na verdade ali eles tinham a parte de investimentos, obras e instalações, que foram investidos cinco milhões, cento e setenta e dois, trezentos e quarenta e cinco e setenta e três, independente da fonte de recursos incorporada no patrimônio, trinta e um milhões, setecentos e sessenta e quatro, sete oito meia e setenta e cinco; e que era isso; a seguir, o Sr. Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade agradeceu à Sra. Cristina Serra e disse que iriam abrir para perguntas, questionamentos, e que a Deise estava lá no fundo, se o pessoal quisesse se inscrever com ela, ficassem à vontade, e abriu a palavra para quem quisesse fazer uso; pela ordem, pediu a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos que cumprimentou a todos, agradecendo à Cristina pela presença, e disse que, a título de sugestão para um próximo quadrimestre que fosse apreciar as Metas Fiscais, e como ela tinha falado, estava faltando nos quadrinhos



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

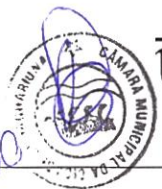


deles o Resto a Pagar de dois mil e dezessete, e a Sra. Cristina disse que no dela tinha, e tinha a Dívida Consolidada, e que seria interessante se tivesse, quanto que era a dívida, porque isso que interessava bastante, que as pessoas os questionavam; "Hoje, quanto está devendo?" Disse que ele sabia que os números ali eram de dezembro e que seria interessante que tivesse um quadrinho e que se fizesse essa soma e também outra coisa que seria interessante era saber quanto que tinha de disponibilidade financeira que não fosse vinculado, pelo menos eles poderiam ver: "devia cinquenta milhões, só que tinha vinte milhões que estava disponível", e que, na realidade ... a Sra. Cristina Serra concordou e disse que iria ver se, no próximo, ela poderia até abrir essa dívida fundada, também, porque ela tinha a relação um por um, os parcelamentos, e que eles chegaram a quitar dois do INSS; o Sr. Luiz Carlos de Campos disse porque assim eles tinham um número que eles podiam estar passando para as pessoas, e que achava que seria interessante, e que a Dívida Consolidada, mais os Restos a Pagar, e depois a diferença do que tinha, para eles terem uma noção devia cinquenta milhões, mas tinha vinte milhões disponível, e que, na realidade, o que estaria devendo, poderiam dizer assim, seria trinta milhões; a Sra. Cristina Serra disse que tinha entendido, e que a hora em que ela abrisse isso, ela teria que, inclusive a disponibilidade, a dívida, o que era Saúde, a sua disponibilidade da Saúde, da Educação e os demais, porque era assim que o Tribunal analisava; o Sr. Luiz Carlos de Campos continuou dizendo que entendia, mas aquilo que ele estava dizendo, naquele momento, ele achava que facilitaria para eles estarem passando para as pessoas que questionavam; a Sra. Cristina concordou, dizendo que até porque se pegava um boletim de caixa, também, estava lá, o consolidado ela não podia utilizar, tinha que utilizar o isolado, porque quando ela incorporava, como ela já tinha falado, o JaguarPrev, ela era uma unidade orçamentária da Prefeitura, e quando ela consolidava, dava um valor maior, e que na verdade, ela, Cristina, considerava como base, só o que era da Prefeitura, o isolado; Sr. Luiz Carlos de Campos disse que era isso, que aí ficava mais fácil para eles visualizarem e que eles sabiam o que era do JaguarPrev, o recurso do JaguarPrev a Prefeitura não podia usar, e a Sra. Cristina disse que não; a seguir, o Sr. Presidente da Comissão disse que antes do Vereador Waltinho usar a palavra, conforme o solicitado, faria uso, devidamente inscrita, a Sra. Maria Rita Elisa Granato, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, que na tribuna, cumprimentou a todos, dizendo que sua pergunta, novamente, era sobre a Dívida Ativa, e perguntou para a Cris, quanto eles estavam hoje, e que ela tinha chegado um pouco atrasada, que na outra vez estava, e procurou no slide e achou, Dívida Ativa, sessenta e dois e que na outra audiência pública ela estava quase em cinquenta, e a Sra. Cristina disse cinquenta e cinco, e que, então, houve um aumento razoável, disse à Cristina; a Sra. Secretária de Administração e Finanças disse que existiam as correções na dívida e que tudo isso era inscrito, apesar do Refis ter sido prorrogado, esse acréscimo era o saldo que ela tinha, o que ela teve de inscrição, menos o

7 m.

que ela recebeu; a Sra. Rita Granato disse que sabia que ela tinha sido bem divulgada, ela teve uma divulgação, o que foi confirmado pela Sra. Cristina, e a Sra. Rita disse que existia uma cobrança, e a Sra. Cristina perguntou se era judicial, e a Sra. Rita disse que judicial ela sabia porque ela já tinha trabalhado lá, por isso que ela falava com propriedade e insistia na Dívida Ativa, mas que ela dizia, individual, das grandes dívidas, se existia uma cartinha direto da Prefeitura a essas pessoas? A Sra. Cristina Serra disse que todos recebiam a cartinha de cobrança, tanto os pequenos quanto os maiores; a Sra. Rita Granato disse que como ela tinha feito parte, ela sabia que existia um convênio, entre a Prefeitura e o Estado, que no caso era o Fórum, onde a Prefeitura fornecia, disponibilizava, era a palavra certa, funcionários, inclusive eles tinham uma pessoa que ela tinha um "pro labore", que fazia parte desta, justamente, para tratar desse assunto e perguntou quanto era o valor, no hoje, daquela pessoa; a Sra. Cristina Serra disse que ela não iria se lembrar de cabeça, e que era a Daniela, e que sabia pelo jurídico e ela não iria se recordar do valor, mas que ela poderia passar para ela; a Sra. Rita perguntou, então, qual era a função dessa pessoa, e que no hoje ela não sabia também dizer, mas na época que ela participou lá, ela sabia que o valor era alto, não era pequeno, e perguntou qual era a função dessa pessoa; a Sra. Cristina Serra disse que era o jurídico que poderia responder para ela; a Sra. Rita continuou dizendo que, então, todo o questionamento referente a essa pessoa que ela sabia que recebia um bom salário, e que ela participou lá durante sete meses, e que isso era bom, também, os Vereadores ficarem atentos, porque a Prefeitura estava disponibilizando um valor para um pessoa, e que ela, Rita Granato, trabalhou durante sete meses, e frisou a todos que foram sete meses, e que ela não viu, de sua parte, ela mover nada a favor do Município, nada, e que ela, Rita, ficou lá, o que ela fez, todo o serviço que ela fez de rastreamento das pessoas, conseguiu, disse à Cristina, que muitas pessoas viessem fazer o seu pagamento na cidade, pessoas que foram agradecer a ela, entre eles o IPTU, terrenos, principalmente, no Florianópolis, que foi um loteamento, e que a pessoa acreditava que não era mais dela, e que ela falou: "Venha, que ainda é seu, venha pagar", e estava até uma época, o parcelamento; engenheiros, médicos, arquitetos, e perguntou onde eles achavam engenheiros, arquitetos, médicos? No um zero dois, que ela conseguiu falar com pessoas em São Paulo, engenheiros, e que ela ligou no um zero dois, e que tinha o nome e ela ligou e foi até interessante e que ia contar um fato, já que naquele dia estava meio calmo, e que ela ligou, conseguiu o nome dele, ligou para o prédio, quem atendeu foi o síndico, essa pessoa não morava mais lá, mas morava em frente, e aquele síndico, prontamente, avisou esse engenheiro, e esse engenheiro veio pagar; perguntou para todos, por que a dívida do Município estava tão alta assim? Disse que a Cristina na outra vez tinha dado uma justificativa, falta de emprego, e confirmou, mas engenheiro, médico, comércio, advogado, médico, eles estavam sem empregos, perguntou; disse que ela tinha uma planilha e que, a hora que desse, ela viria mostrar para eles, Vereadores, que eles

8





Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



consequiam, sim; e perguntou se sabiam o que precisava e disse que eram pessoas nos lugares certos, pessoas com comprometimento com o Município; disse à Cristina que ela sempre falava que, em dois mil e dezoito ela iria batalhar nisso, e que já iria avisar, disse à Cristina, e não iria batalhar só ali, ela queria ir um pouquinho mais além, porque já tinha se passado muitos anos e ninguém fazia nada para melhorar e pelo menos questionar o que que essa pessoa estava fazendo lá, doesse a quem doesse, doesse o Governo que tinha feito parte disso e foram três, na realidade, três Governos passaram por essa fase, e que achava que estava na hora, que ela vinha ali, falava, explicava, questionava, e a ação, perguntou? Disse ao Waltinho que eram coisas que poderiam estar vindo para eles como funcionários públicos, e que eles tinham uma dívida que estava sessenta e tinham outra, e a Prefeitura estava pagando, e perguntou à Cristina, apesar que na última sessão da Câmara, não conseguia se lembrar, disse ao Sr. Silva, ou se tinha sido na reunião e que ela se lembrava, e que não era por estar na pessoa dele, mas que ela se lembrava que na época dele, o PAT, ele oferecia curso de Português, curso de Matemática, e outros cursos, para as pessoas poderem arranjar mais empregos, e que agora ela não estava vendo, mas parecia e que não sabia, mas parecia que os Vereadores estavam se empenhando nisso, de saber nas empresas do porquê que as pessoas não estavam tendo empregos; disse que lhe falaram: "A pessoa está sem emprego." Por que esta pessoa está sempre emprego, era por culpa dela, ou era porque o Município não estava trazendo, talvez, empresas que tivesse pessoas ou o Município não estava dando o apoio suficiente em conhecimento para que as empresas de Jaguariúna contratasse a sua população; disse que naquele ano o seu lema, o seu ideal, iria ser essa Dívida Ativa, e que ela estava falando ali, a todos, e que ela estava falando ali, mas iria em instâncias mais altas, disse à Cristina, porque não era possível todos esses anos e ninguém fiscalizava o porquê que estava acontecendo isso lá; disse que iria contar mais uma historinha: na administração anterior, do Sr. Gustavo, ela e mais um colega se prontificaram a fazer esse serviço, logicamente, que aquela pessoa teria que sair, aquilo que era pago para ela teria que pagar e dividir, não só para ela, que foi lá e sabia o que deveria ser feito, mas para todos aqueles que fizessem a equipe, porque eram vários funcionários da Prefeitura que estavam lá; disse que ela esperou um mês, dois meses, três meses, aí no terceiro mês pediram uma audiência, e foi muito interessante a resposta, no caso do Sr. Gustavo, ele disse que a Juíza à época não permitia que essa pessoa saísse de lá, e perguntou se seria uma pessoa politicamente lá, mas politicamente estava um débito de sessenta e dois mil reais, e que era muito dinheiro, e só que ninguém fez nada, e perguntou se essa pessoa estava politicamente, precisava ver, porque cargo político sem competência, não valia a pena; muito agradeceu; a seguir, fez uso da palavra o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo que cumprimentou a todos, agradecendo à presença da Secretária e aos esclarecimentos dela lá, devidos sobre as questões financeiras do Município; parabenizou a todas pelo trabalho



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



que vinham desempenhando ao longo do ano corrente, com resultados positivos nos números que elas apresentaram, e era notório perceber que o Município teve e o que o chamou a atenção, era que o planejado estava muito próximo do executado e aquilo não era um trabalho fácil, e em algum tempo ele não via aquilo acontecer em outras audiências e ele dava lá os parabéns para a equipe dela, que ele sabia que tinha trabalhado arduamente para que aquilo acontecesse; disse que um ponto que chamou a atenção dele foi a questão do ICMS, que atualmente era a base de sustento que tinham no Município e com o ICMS eles conseguiam bancar as despesas e, conseqüentemente, com o aumento que tiveram na arrecadação, o ICMS era o reflexo direto de compra e venda da sociedade, e ele achava que só foi possível aquilo acontecer através da nova política pública federal, diante do caos que estava instalado no país, e que viviam um momento crítico na economia nacional, que tinha gerado todo aquele desemprego, que gerou um descontrole total da economia e já vivam, como uma cidade industrializada que Jaguariúna era, um equilíbrio voltando e daquele equilíbrio os investimento também começavam a voltar e voltar em todas as áreas, via que números da Saúde e da Educação eram positivos; disse que esteve presente na reunião da Saúde e pôde constatar até onde aquele dinheiro estava sendo aplicado e, realmente, era muito positivo o que elas estavam fazendo, mas a colocação dele era que diante de um quadro crescente e favorável, diante de um quadro positivo que se desenrolava uma economia que começava a reagir, tinham muitas demandas ainda no Município a serem atingidas, e a primeira dela, que muito em breve estariam discutindo no ano corrente, era a questão do dissídio do servidor e no ano passado tiveram uma situação de abono, até porque as circunstâncias não eram favoráveis e o abono veio, beneficiou, foi o que podia no momento e o momento atual era outro, o cenário se mostrava de uma outra maneira, e ele sabia que o dissídio começou a haver discussões naquele sentido e a pergunta dele era que diante do cenário passado e do cenário presente, a projeção, se ela via a possibilidade naquele próximo dissídio de não terem a questão de abono, mas sim de percentual repassado aos servidores públicos? A Sra. Cristina disse que sim, e que aquela já foi uma conversa com o Prefeito mesmo, de que no ano corrente não seria o abono, e sim seria um percentual, e como todos sabiam eles estavam lá com o concurso que foi homologado, então, os ofícios estavam chegando naquele momento, da real necessidade de todas as Secretarias, ou seja, Educação, na verdade tinha a questão de procuradores para acompanhamento da dívida ativa, então, com certeza não ia ser abono, ela não ia se antecipar em falar nada de percentuais, porque ela precisava saber o impacto daquelas contratações, ainda bem que o cenário era outro, que ia ser possível eles estarem trabalhando na Prefeitura, com o mínimo de funcionários, o mínimo para cumprir ação judicial de dispensa de prestadores de serviços e várias medidas estavam sendo estudadas, porque não tinha condições, atualmente, se a Prefeitura fizesse a contratação de substituição de todos aqueles servidores, começando



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



pela Educação, iria estourar tranquilamente o limite prudencial, iria admitir e demitir, porque começava pelo estágio probatório, então, os mais novos que iriam sair, e o que ela poderia afirmar era que a questão do abono não seria nem cogitada, já foi conversado aquilo com o Prefeito, naquela semana os ofícios começaram a chegar no RHela iria fazer a projeção daquelas contratações, de qual o impacto percentual que ela iria ter, porque uma coisa era ter o prestador de serviço e outra coisa era ter o concursado, a questão de encargos e tudo, e tinha um crescimento vegetativo da folha, que eram os quinquênios, que era natural e aquilo teria de olhar funcionário por funcionário, então, ela precisava ver o impacto da contratação, da previsão de quinquênios, pelo menos até o mês do dissídio, para poder fazer a projeção, e iria ser percentual, sim; o Sr. Walter disse que na questão do assunto que a Rita iniciou com eles, sobre a Dívida Ativa, ele iria passar um pouco da experiência dele como profissional daquela área de Direito, que militava na Comarca de Jaguariúna; o Município tinha executado sim e muito, e eles tinham clientes e mais clientes chegando, exatamente por bloqueio de contas, por execuções em andamento e o Município tinha trabalhado efetivamente naquele sentido, só que estava falando de duas casas diferentes, o Executivo que tinha de encaminhar aqueles processos e ele não estava perdendo tempo não, estava mandando mesmo, e, realmente, a coisa eras muito dura e muito triste quando chegava um cliente na frente dele e que estava com a conta bloqueada e tinha água para pagar, a luz, o telefone, a comida da família, aquilo para ele era muito triste como profissional, e ele sabia diante da lei fiscal que tinha no país, que era mais dura ainda com as pessoas, aquela pessoa tinha muito pouco a conseguir, até o presente momento ele não conseguiu o desbloqueio de nenhuma conta bloqueada, porque tinha uma Lei Municipal que dizia que ao parcelar pelo REFIS aquela situação, o pagamento da primeira mensalidade do REFIS liberava a conta, daí havia o calote da segunda, da terceira, da quarta, da quinta, a lei foi alterada no último quadriênio e daí a lei se tornou mais dura, e dizia que só liberava o bloqueio quando acabasse de pagar a dívida toda, e tinha muita gente acontecendo aquilo, então, o Estado sempre foi visto como o bicho papão que comia todo mundo, ou leão era daquela forma, o Estado como um todo e todas as instituições, e ele tinha feito um papel muito efetivo, o que talvez seria interessante sim, aquele acompanhamento dos processos enquanto esfera administrativa, porque quando ela chegava no Judiciário, ele dava cem por cento de certeza de que estava sendo executado; o doutor Marcelo bloqueava mesmo e poderia argumentar o que quisesse com ele, ele não liberava; pediu desculpas por estar tomando tempo daquela audiência, mas disse que tinha de tocar em um outro assunto que foi citado lá e ele tinha uma certa vivencia um pouco naquela situação, o caso da servidora em questão, sem citar nomes e por ética, ela estava lá mesmo por apoio do Juiz e tinham duas servidoras que faziam aquilo que pertenciam à mesma Comarca, tinham das cidades para uma mesma Comarca, Jaguariúna e Santo Antonio de Posse, e na verdade a função do servidor, da cooperação entre Município e

11

[Handwritten scribble]

Judiciário, ele não dizia Comarca de Jaguariúna, ele dizia Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, era um Órgão muito superior à tudo aquilo, aquela cooperação estabelecida pelo déficit que o Judiciário tinha e eles não tinham como prever e com todo o respeito, o Estado empurrava tudo para o Município e não repassava nem um terço do que era gasto naquilo, então, aquilo vinha da União, do Estado, vinha de Departamentos como o próprio Ministério da Justiça e Secretaria da Justiça e aquela pessoa trabalhava no apoio, e o apoio judiciário era a pessoa que trabalhava no Gabinete do Juiz dando auxílio no andamento das demandas, não, especificamente na execução fiscal, e todos os servidores da execução fiscal que estavam lá eram servidores do Estado, então, aquela pessoa não fazia aquela função, mas que o Município deveria acompanhar na esfera administrativa, deveria, sem dúvidas, então, lá tinham de criar mecanismos para que a coisa chegasse a diante, chegasse no jurídico, e que o jurídico descesse aquilo com certeza e a dívida não abaixava, e ainda no mesmo assunto, não era porque existia professor, advogado, engenheiro, comerciante, industrial, a crise pegou todos, e ele falava como profissional liberal que ele era e de qualquer classe e não interessava se ele tinha uma, duas faculdades, pós graduação, doutorado, não interessava, realmente, todos estavam sendo afetados por aquilo e os profissionais liberais, realmente, estavam fechando as portas dos seus estabelecimentos, e não era porque ele era médico que ele era intocável, pelo contrário, ele era tocável sim, e não era porque ele era faxineiro ou um serviço mais popular que ele também não poderia ser tocado, pediu desculpas e disse que não era só para o rico, era para o pobre também, e pegava de uma maneira só, e se tinha uma coisa que dava problema no país, era execução fiscal e pensão alimentícia e aquilo não passava, fosse onde fosse, então, ele achava que o Município, sim, poderia criar mecanismos e ele ia dar cem por cento de apoio para a Rita, para conseguirem mais adesões no plano do REFFIS, e o REFFIS talvez tivesse sido prorrogado pela divulgação não ter sido suficiente mas prepararem o REFFIS com mais antecedência e com todo o respeito, ele sabia que quem pagava em dia iria ser prejudicado e ele pagava em dia, mas eles precisavam abrir a porta para aquele que queria acertar sua vida, porque ele sabia que a hora que a pessoa tomasse uma execução, a casinha dele estava em risco, a geladeira dele estava em risco, a televisão, penhorava tudo, era horrível ver uma família perder as coisas por causa de uma dívida de água, falou que ele estava com um caso no escritório, de uma pessoa que estava com uma dívida de dezesses mil reais de água, e iria pagar como aquilo, perguntou; então, tinham de ter mecanismos legais que a pessoa conseguisse se adaptar, e o REFFIS era uma forma perfeita para aquilo e eles tinham de fomentar aquilo cada vez mais, e ele se lembrava que no ano passado ele protocolou o pedido do REFFIS, quando começava, daí começou no segundo semestre e ele ia adiantar, ele achava que tinham de já naquela Casa, brigarem para o REFFIS voltar, tinha muita gente que era honesta e queria poder e tinha gente que se desse de graça não iria aproveitar, então, infelizmente tinham

12 W.

Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



05



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



de privilegiar os bons pagadores, e os bons pagadores estavam com problema, fosse nível superior, nível médio, fundamental ou sem nível algum, ele iria precisar mesmo daquelas oportunidades; e uma última colocação, ainda naquela questão das finanças, como ele citou a questão do dissídio, ele iria aproveitar para as questões críticas do Município ele via que tinham dificuldades financeiras para o custeio da Saúde, tinham os números impressionantes que, atualmente, o Hospital gastava quarenta e nove milhões e a Rede toda trinta e oito milhões, e sabiam que o problema da Saúde no país era um problema muito sério, tinham a questão da Educação que estava investindo trinta por cento, sendo que o mínimo constitucional era vinte e cinco e o Município estava de parabéns, mas o que o assustava era o precisar da medicina curativa, que deveria se investir quinze e estavam em trinta e sabiam do esforço e dedicação da equipe para tentar sanar os problemas e, realmente, a participação dos outros entes não acontecia, e a pergunta dele era que diante do cenário positivo, estava crescendo, estava aumentando a arrecadação, estava melhorando, qual era o plano de ação, atualmente, em conjunto entre as Secretarias do Governo com as finanças para que pudessem ter nos investimentos, precisavam de muitas coisas na cidade, precisavam de serviços públicos mais eficientes, precisavam de mais construções, creches, escolas, postos de saúde equipados, uma luta de mais de um ano para ter o Posto da Roseira e aquela comunidade merecia, foi muito lutado para chegar naquilo, então, precisavam de novos investimentos em outros bairros porque crescia a cada dia Jaguariúna, e como estava sendo aquela relação entre as Secretarias do Governo, de Finanças e aquela projeção de aumento na arrecadação, como eles estavam lidando com aquela situação de novos investimentos; a Sra. Cristina disse que ela levou na Casa aqueles projetos de lei que foram aprovados e alguns recursos estavam no caixa para algumas obras, a questão de pavimentação, de equipamentos, de ampliação, além daquilo, tinham de pensar também que quando inaugurou algo novo, poderia até conseguir o recurso externo, mas tinha de colocar aquilo para funcionar, então, quando colocavam para funcionar, e quando colocavam para funcionar, sentiam o impacto no custeio daquilo, e até a captação de recursos, ainda que fosse externa, ela estava sendo feita com muito critério, aonde era apresentado o que a Prefeitura iria precisar para por aquela Unidade para funcionar; a área de Educação, eles estavam procurando algumas soluções alternativas, e seria a questão da organização social civil para que não tivesse muito impacto na folha de pagamento, estava sendo feito um estudo, o chamamento estava lá, naquele dia foram abertos os envelopes e os novos investimentos, a intenção deles, realmente, além da captação foi feito uma reunião do Secretariado, foi colocado muito claro o plano e o projeto que o Prefeito tinha de fazerem com recurso próprio, principalmente, na área de Educação, a questão de construção de creches, mas tudo com muito critério também, qual era a lista de espera, de vagas na creche, e com certeza aquela lista iria crescer, então, iriam captar o recurso para construir a creche e tinha de ter pessoal para



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



por naquela creche, e não era só o impacto financeiro para construção, porque tinha um custo fixo daquilo, então, os Secretários estavam levando aquele custo e passando para ela, porque também ia ter de fracionar ao longo do mandato, porque se não tinha uma creche no bairro da pessoa, a Prefeitura pegava o filho dela e levava na creche do bairro vizinho, mas se sabia que tinha uma creche no bairro dela, ela a queria funcionando, então, os pontos de necessidade, o custo fixo dela, desde pessoal até a questão de um shampoo para uma criança, tudo aquilo estava sendo colocado, o impacto interno, não era só da obra, eles estavam apresentando o custo daquilo em funcionamento, porque senão se conseguia a questão do recurso para uma obra e aquilo ficava abandonado, deteriorava, e para retomar aquela obra, gastava outra vez, então, se conseguia um recurso externo, construía, deixava abandonado, aquilo era saqueado, daí tinha de reformar com recurso próprio e botá-lo para funcionar, e que aquele estudo estava sendo feito muito próximo com os secretariados e com o Prefeito mesmo, onde ela poderia dizer que ele era muito austero naquela questão e cobrava mesmo que tudo fosse feito com muito critério; o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo disse que esperava na próxima audiência eles poderem ver os tijolos já subindo, pudessem ver os investimentos acontecendo de verdade e daí, sim, estenderem os parabéns não só nos números mas, nas ações efetivas do Governo; agradeceu a atenção de todos e desejou uma boa noite; a seguir, fez uso da palavra o Sr. Afonso Lopes da Silva, dizendo que ele também queria levantar uma questão na questão da Dívida Ativa e naquela questão do REFIS, e disse que ele vendo aquilo ficou um pouco decepcionado, porque ele achava que o resultado daquilo fosse melhor, e ele achava que a Prefeitura tinha de fazer um estudo, nomear uma equipe para ficar em cima daquilo, porque eles não poderiam ficar desperdiçando; a Sra. Cristina Serra disse que, na verdade, até o próprio Departamento Jurídico estava muito empenhado naquela área e o pessoal do Departamento de Tributos, que era o que controlava a Dívida Ativa; o Sr. Afonso disse que ele não sabia como eram nos outros municípios, mas que precisariam fazer uma comparação, de quem estava tendo resultado e copiarem aquilo e irem atrás de novos exemplos, mas a Rita levantou uma questão lá do português e matemática e disse que lá na época que ele era Secretário do Trabalho, eles fizeram um trabalho chamado Atualização em Português e Matemática, porque eles começaram a levantar a questão das seleções, por exemplo, tinha uma seleção para determinada empresa e, por exemplo, sessenta por cento dos candidatos de Jaguariúna eram reprovados, principalmente, na prova escrita de Português e Matemática, e dados que perguntavam sobre atualidade, então, fizeram um estudo com os RHs das empresas e chegaram àquela conclusão, porque era a maioria do pessoal de Jaguariúna, mas eram coisas simples, porcentagem, e a criança saindo do nono ano tinha de estar sabendo, e eles ficaram preocupados com aquilo, mas não que a pessoa talvez não soubesse, e sim porque, talvez, tivesse saído há muito tempo da escola; disse que fizeram uma parceria com a Secretaria da Educação,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



para estarem ajudando às pessoas na seleção das empresas e ele achava que algum resultado eles conseguiram, e eles não sabiam como era feito aquele estudo na Secretaria mas, ele achava que merecia olhar sim, tinham de estar ajudando às pessoas, então aquilo também ajudou muita gente em concurso, e aquela talvez fosse uma idéia de estarem reeditando aquele programa ou colaborando com o Governo para que voltasse aquele programa de Português e Matemática; a seguir, fez, novamente, uso da palavra, devidamente inscrita, a Sra. Maria Rita Elisa Granato, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, dizendo que ela se esqueceu de citar mais um detalhe, e que ela ficou sete meses, e ela saiu porque ela fez, na época, aquilo que ela falou naquele momento, aquele desabafo do que ela viu, ela aproveitou uma das audiências públicas e fez a mesma coisa, e três dias depois pediram para ela se retirar do Fórum, e tudo o que ela fez, ela fez com muito carinho e o que ela se propôs na época com o Sr. Gustavo em ir lá e fazer o que ela estava fazendo, rastreando as pessoas, ela iria fazer com muito amor e muito carinho e se um dia ela fosse designada para aquele lugar, mesmo com tudo o que ela viu e acreditou que estava errado e acreditava ainda que estava errado, ela fazia com muito prazer, porque ela era servidora há vinte e um anos, trabalharam juntas, se dedicaram muito lá no hospital, sentia saudades, a Cristina, para quem não sabia, ela trabalhava no faturamento de convênio, e para terem uma idéia, ela ia no Pronto Socorro para saber o que estava gastando e para cobrar da UNIMED; a Sra. Cristina disse que uma bolinha de algodão, um ml de álcool, ela cobrava da UNIMED; a Sra. Rita disse que ninguém pedia as coisas para elas, elas faziam espontaneamente e continuava fazendo, elas após os vinte e um anos da Prefeitura, se um dia ela saísse do Sindicato, e logicamente ela voltaria, e trabalhando como se estivesse entrando naquele dia; disse que estava contente de saber que estavam bloqueando as contas e só um exemplo que foi falado de como pagar; disse que no Paraná ela tinha um terreno familiar que não fez os devidos pagamentos, então, eles pagavam por ano, pagou um ano, depois ajuntava todo mundo pagava outro ano, e assim quando ela estava em Tributos, ela ensinou muita gente a pagar suas dívidas, porque muitas vezes as pessoas não tinham aquele esclarecimento, pelo menos na época em que ela estava lá, e, principalmente, a água ela fazia a pessoa ir pagar, ia pagando e aquilo que podia, ou mês de janeiro, ela não sabia se poderia fazer aquilo, ou mês de dezembro, às vezes um era menor do que o outro, ia ajuntando para aquele outro, às vezes ela fazia; disse que ela começou a fazer aquele trabalho quando estava no balcão de Tributos, depois a colega dela, a Érica, ela também viu que ela estava fazendo e começaram, e ela tinha o trabalho de fazer tabela para a pessoa, explicando o que era para pagar e estava dando resultado; então, ela achava que também era um pouquinho de quem estava na frente, lá no balcão e quando mandaram ela para o balcão do IPTU ela ficou triste porque ela gostava muito da parte administrativa, daí ela viu que riqueza que era, lá estavam todas as insatisfações, satisfações dos munícipes, então, ela



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



achava que quem estava na frente, no balcão, eram pessoas que tinham de estar muito bem instruídas, porque elas eram o cartão de visita, elas poderiam ensinar às pessoas a pagarem, porque ela acreditava e pediu para a Cristina tentar ensinar às pessoas, tentar ensinar o servidor a saber servir aquele que estava lá; lembrou que em uma ocasião ela estava no balcão de água e uma pessoa falou para ela que ela conseguia fazer o parcelamento do IPTU, mas não conseguia fazer o de água, e ela perguntou como, e se a pessoa tivesse um minutinho, ela iria fazer algumas perguntas para ela; daí a pessoa falou que estava com pressa, daí ela falou que aquele era o último dia dela naquele balcão porque ela estava indo para o Fórum, daí a pessoa esperou; então, disse para a pessoa que se ela pagava o IPTU e não pagava a água porque a água não estava no nome dela, então, ela explicou exatamente como a pessoa deveria fazer e a pessoa fez, e depois ela foi lá no Fórum agradecer a ela pela orientação, porque fazia três anos que ela não conseguia pagar a dívida dela, então ela achava que a Prefeitura perdia muito dinheiro por não capacitar os seus servidores ou colocar as pessoas nos lugares certos, porque tinha gente que gostava de fazer algumas coisas e tinha gente que não gostava; disse que ela tinha o hábito, mesmo não gostando daquilo que lhe davam, ela tinha o hábito de aproveitar, então o Fórum, os sete meses lá foi de um aprendizado fora do comum; a seguir, o Sr. Presidente disse que não tinha mais ninguém inscrito e perguntou se mais alguém gostaria de falar alguma coisa, e como não houve ninguém para fazer uso da palavra, o Sr. Presidente passou a palavra para a Sra. Cristina para ela fazer as considerações finais; a Sra. Cristina Rossi Serra, então, se colocou à disposição se tivessem dúvidas de algum número que foi apresentado, poderiam procurar por ela na Secretaria e a respeito também de sugestões, como o Silva falou, valia a pena e ela iria levar para o Secretário de Desenvolvimento aquelas sugestões e, atualmente, não sabiam se o perfil de atendimento dele tinha aquele diagnóstico, então se tivesse aquele mesmo problema, era uma ótima sugestão, e tudo o que fosse para a melhoria do Governo eles tinham de estudar e implantar, tentar pelo menos, e ela queria agradecer a toda equipe de Governo, principalmente, ao Prefeito Gustavo, porque o resultado só foi possível porque ele respeitava o profissionalismo de toda a equipe de Governo, ele acatava aquilo que eles pediam, não havia imposições, e como ele repetia, eles tinham de levar para a vida profissional deles tudo dentro de transparência e legalidade, então, aquele resultado só foi possível porque as ações de todos os Secretários, e eles tinham o Comitê e quando havia alguma dúvida, todos os Secretários eram convocados e eles se apresentavam prontamente e se colocavam à disposição, após uma análise financeira de qualquer ação governamental, de qualquer Secretaria ou Administrativo ou fosse um serviço finalístico, aquela sugestão era acatada e por aquilo que conseguiram aquele resultado; agradeceu à Câmara Municipal que tinha socorrido à eles nos momentos que tinha de estar lá um projeto em andamento, que dependia da Casa; agradeceu a oportunidade também; a

lu



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



seguir, o Sr. Presidente agradeceu à Cristina pela participação, ele sabia que ser Secretária de Finanças era uma missão muito complicada, e que, às vezes, a pessoa tinha um projeto para apresentar e que ia dentro do Governo, às vezes não entendia a questão das finanças, às vezes queria fazer por fazer, e, realmente, tinha de ter a responsabilidade de estar gastando, tinha de ter a responsabilidade das finanças e gastar com consciência, às vezes ficava difícil no papel dela, de estar convencendo as pessoas de gastar direito e estar convencendo as pessoas daquilo, era uma missão, realmente, complicada; agradeceu a atenção de todos, e iam continuar a batalha deles para que tivessem uma Jaguariúna cada vez mais forte em relação às finanças e das realizações sociais; a Sra. Cristina Serra disse que só iria fazer um adendo que tinham a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas não podiam abrir mão da responsabilidade social, e fazer aquele link era uma coisa bem complicada, então, na verdade, quando ela fez a faculdade, o TCC dela foi aquele lema: Responsabilidade Fiscal versus Responsabilidade Social, então, os números eram frios, cortava isso, cortava aquilo, mas e a responsabilidade social? E ela ficava muito feliz quando conseguiam unir as duas coisas, aquela era uma responsabilidade que o próprio Prefeito colocava para eles, ela tinha uma responsabilidade social e tinha uma responsabilidade fiscal, então, era um desafio para todos; agradeceu mais uma vez a todos. A seguir, o Sr. Presidente da Comissão, Sr. Afonso Lopes Silva encerrou a Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada pela Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Vereador Afonso Lopes da Silva
Presidente

Vereador Cristiano José Cecon
Vice-Presidente

Vereador Luiz Carlos de Campos
Secretário



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Jaguariúna, 21 de março de 2018


Ao Senhor
Vereador Romilson Nascimento Silva
Presidente da Câmara Municipal

Nesta

Senhor Presidente,

Solicitamos os bons ofícios de Vossa Excelência, no sentido de encaminhar ao Senhor Chefe do Poder Executivo Municipal uma cópia, autenticada pela Secretaria desta Casa, da Ata da Audiência Pública para avaliação do cumprimento das Metas Fiscais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna – 3º Quadrimestre de 2017, acontecida no dia 28 de fevereiro de 2018, nesta Câmara Municipal.

Atenciosamente,


VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA
Presidente da Comissão Permanente de
Orçamento, Finanças e Contabilidade

PROTOCOLO	
Nº de Ordem	450
Fla Nº	74
Livro Nº	036
22/03/2018	
SECRETARIA	



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



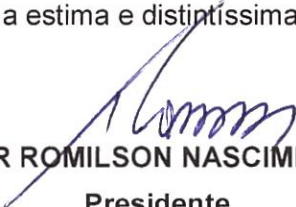
Jaguariúna, 22 de março de 2018

Ofício n.º 241/2018. - PRE

Senhor Prefeito

Atendendo solicitação do Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade (cópia anexa), passamos às mãos de Vossa Excelência cópia da **Ata da Audiência Pública para avaliação do cumprimento das Metas Fiscais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna – 3º Quadrimestre de 2017**, realizada aos 28 de fevereiro do corrente, por esta Casa de Leis.

Limitados ao exposto, apresentamos a Vossa Excelência os nossos reais protestos de elevada estima e distintíssima consideração.


VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA
Presidente

À Sua Excelência o Senhor
Márcio Gustavo Bernardes Reis
Prefeito Municipal
Jaguariúna – S.P.

